

REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA APOSENTADORIAS NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: DESCRIÇÃO E UMA ANÁLISE DE DADOS

Fernanda Marques Portilho

Laura Gross Lorenzi



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituto de Matemática

Departamento de Métodos Estatísticos

Rio de Janeiro

2016

REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA APOSENTADORIAS NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: DESCRIÇÃO E UMA ANÁLISE DE DADOS

Fernanda Marques Portilho

Laura Gross Lorenzi

Projeto Final de Graduação submetido ao corpo docente do Instituto de Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Atuariais e Estatística.

Orientadora: Prof^ª Flávia Landim

Rio de Janeiro

Setembro 2016

REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA APOSENTADORIAS NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: DESCRIÇÃO E UMA ANÁLISE DE DADOS

Fernanda Marques Portilho

Laura Gross Lorenzi

Projeto Final de Graduação submetido ao corpo docente do Instituto de Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Atuariais e Estatística.

Examinado por:

Prof^a. Flávia Landim

Prof^a. Marina Silva Paez

Prof. Nei Carlos dos Santos Rocha

AGRADECIMENTOS

As nossas famílias, aos amigos e aos colegas de curso, por todo apoio, incentivo e companheirismo.

Aos professores da UFRJ, por toda contribuição a nossa formação acadêmica.

E a todas as pessoas que fizeram parte de nossa trajetória, muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma breve história da Previdência Social e sua evolução até os dias de hoje acompanhado de um estudo descritivo sobre aposentadorias no Brasil. Foram realizadas análises baseadas nos dados retirados do site da Dataprev, sobre os valores das aposentadorias e média de idades do segurado, juntamente com o estudo da evolução demográfica brasileira. Essas análises auxiliaram o entendimento da criação de medidas como o Fator Previdenciário e a Regra 85/95 Progressiva, instituídas sob o argumento de diminuir as despesas com aposentadorias pagas pelo INSS.

Palavras-chaves: Previdência Social, Aposentadoria, Fator Previdenciário, Regra 85/95, Expectativa de vida

SUMÁRIO

1. Introdução.....	7
2. História da Previdência Social no Brasil.....	8
3. Tipos de Aposentadorias.....	10
3.1. Aposentadoria por idade.....	10
3.2. Aposentadoria por idade da pessoa com deficiência.....	11
3.3. Aposentadoria por tempo de contribuição.....	11
3.4. Aposentadoria por tempo de contribuição da pessoa com deficiência.....	13
3.5. Aposentadoria por tempo de contribuição do professor.....	14
3.6. Aposentadoria especial por tempo de contribuição.....	14
3.7. Aposentadoria por invalidez.....	15
4. Expectativa de Vida	16
5. Fator Previdenciário	19
5.1. Conceito.....	19
5.2. Valores do Fator Previdenciário	21
6. Análise de Dados	23
7. Regra 85/95 Progressiva	30
7.1 Conceito e aplicação.....	30
7.2. Comparação com o Fator Previdenciário	31
8. Considerações Finais.....	32
REFERÊNCIAS	35
ANEXO.....	39

1. Introdução

Toda pessoa quer estar protegida de condições que põem em risco sua fonte de renda. Essa proteção é oferecida pela Previdência Social, que desde 1923, a partir da sanção da Lei Eloy Chaves, vem evoluindo com o objetivo de assegurar assistência em situações como doença, morte, velhice, invalidez, dentre outros. O foco deste trabalho é o estudo do sistema de pensões em aposentadorias.

Dentre os tipos de aposentadorias existentes hoje em dia no Brasil, as aposentadorias por idade e por tempo de contribuição geram um debate sobre expectativa de vida, idade para começar a receber o benefício, o impacto econômico nas contas da Previdência, e mudanças para melhorar o sistema previdenciário. O Fator Previdenciário e a Regra 85/95 são medidas que visam conter os gastos da Previdência Social ao incentivar o adiamento da aposentadoria, implicando em maior tempo de contribuição e idades mais elevadas.

O objetivo desse trabalho é descrever o regime atual de Previdência no Brasil para aposentadorias. Para alcançar esse objetivo, o trabalho foi dividido em oito capítulos. No capítulo 1, apresentamos a introdução, apontando os objetivos do trabalho. No capítulo 2, relatamos a história da Previdência Social e seus progressos. No capítulo 3, descrevemos os tipos de aposentadorias presentes nos dias de hoje. No capítulo 4, discorremos sobre a evolução demográfica do Brasil com o auxílio de pirâmides etárias. No capítulo 5, abordamos o Fator Previdenciário, como funciona e o porquê de sua criação. No capítulo 6, realizamos uma série de análises com o intuito de avaliar o comportamento das aposentadorias com relação ao gênero, a idade, a quantidade e aos valores dos benefícios concedidos. No capítulo 7, explicamos a mais nova medida efetivada pelo governo, a Regra 85/95. Por fim, no capítulo 8, expomos nossas considerações finais a respeito do que foi desenvolvido ao longo do trabalho.

2. História da Previdência Social no Brasil

Conforme o procurador Lincoln Nolasco^[18], a Constituição brasileira de 1824 foi o primeiro documento publicado que aborda a Previdência Social. Segundo o inciso XXXI do artigo 179, a Constituição garantia aos cidadãos o direito aos socorros públicos. De acordo com a advogada Fernanda Salazar^[24], a Constituição de 1891 foi o primeiro documento que se refere ao termo “aposentadoria”. Segundo o artigo 75, em casos de invalidez a aposentadoria seria concedida aos funcionários públicos.

O primeiro marco da Previdência Social no Brasil foi a criação da Lei Eloy Chaves. Em 1923, o deputado federal Eloy Marcondes de Miranda Chaves elaborou o decreto legislativo Nº 4.682 que originou as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs)^[4]. Inicialmente, as CAPs eram direcionadas aos funcionários das empresas ferroviárias, mas em três anos foram estendidas aos funcionários das empresas marítimas e portuárias. Segundo a advogada Fernanda Salazar^[24], as CAPs ofereciam os benefícios de aposentadoria por invalidez, aposentadoria ordinária, pensão por morte e assistência médica. É importante ressaltar que o começo da Previdência no Brasil aconteceu sem a atuação do governo, pois existia uma CAP por empresa, custeada pelos funcionários e pela própria empresa. Com o passar do tempo, as CAPs se mostraram pouco eficientes devido à baixa quantidade de contribuintes, mudanças de emprego, fraudes na concessão de benefícios, entre outros motivos que evidenciaram a necessidade de reformulação neste sistema. Em 1930, sendo Getúlio Vargas o então presidente, o estado interferiu no sistema previdenciário e promoveu uma reforma com a suspensão das CAPs e substituição por seis Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP)^[9].

No primeiro governo Vargas (1930-1945) foi criado o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), em junho de 1933. Conforme o procurador Francisco Araújo^[2], no ano seguinte surgiram o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais (IAPC) e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), do mesmo modo que mais tarde foram instituídos o IAPI (Industriários), o IPASE (Servidores do Estado), entre outros. Os IAPs eram autarquias de nível nacional centralizadas no governo federal, cujo objetivo principal era reorganizar o setor previdenciário, oferecer um maior nível de proteção, como por

exemplo, assistência médica para filiados e dependentes, serviços de alimentação e habitação. Com poucos beneficiários, o saldo excedente foi usado para outras finalidades além de fartas pensões.

A primeira iniciativa para a unificação do sistema aconteceu com a Lei Orgânica, criada em 1960 no governo de Juscelino Kubitschek, em que se buscou solucionar estes problemas uniformizando os planos de benefício e seu financiamento. Em 1966 houve uma reformulação do sistema que resultou na unificação de todos os IAPs no Instituto Nacional da Previdência Social (INPS). Essa reforma aumentou o número de categorias cobertas e a lista de benefícios, como por exemplo, seguros de acidentes pessoais. Na Constituição de 1988 esta reforma passou a constituir mais benefícios com a inclusão do seguro-desemprego, aumento do piso dos benefícios, direito de ingresso ao sistema concedido a qualquer cidadão, e eliminação das diferenças entre trabalhadores rurais e urbanos^[9].

Em 1998, o Congresso Nacional autorizou a Emenda Constitucional (EC) número 20^[6], que tinha como objetivo modificar as regras da Previdência Pública. O tópico mais importante da EC 20 era a implantação de idade mínima para concessão de benefícios, porém, o governo não obteve o resultado esperado nesta votação. Então, foi necessária a elaboração de outra solução para a diminuição dos gastos da Previdência Social. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, em novembro de 1999, a Lei 9.876^[13] criou o Fator Previdenciário, que será abordado mais adiante. O Fator funciona como um redutor do valor dos benefícios previdenciários a partir de uma fórmula que leva em conta o tempo de quatro elementos:

- Alíquota de contribuição;
- Idade do trabalhador;
- Tempo de contribuição à Previdência Social;
- Expectativa de sobrevida do segurado.

3. Tipos de Aposentadorias

Todo indivíduo pode se aposentar, desde que preencha todos os requisitos de um determinado tipo de aposentadoria, além de ser obrigatoriamente contribuinte da Previdência Social.

Existem sete tipos de aposentadoria regidos pela Lei N° 8.213, de 24 de Julho de 1991^[12] e pela Lei Complementar N° 142, de 8 de maio de 2013^[14]. São eles^[21]:

3.1. Aposentadoria por idade

É um benefício concedido a trabalhadores urbanos do sexo masculino, a partir de 65 anos, e do sexo feminino, a partir de 60 anos. Para os segurados especiais (lavrador, pescador artesanal, indígena etc.) do sexo masculino, a idade mínima é 60 anos e, para os trabalhadores do sexo feminino, 55 anos.

Além da idade mínima, a carência também é um requisito exigido para a aposentadoria por idade. O número mínimo de contribuições prestadas ao INSS até a data do pedido do benefício é de 180 contribuições.

Segundo o Ministério da Previdência Social^[19], é indispensável que o trabalhador do campo comprove a atividade rural na data de entrada do requerimento do benefício ou na data em que completou as condições exigidas para receber o benefício, que são idade mínima e carência. Se houver a necessidade de incorporar o período de serviço militar no cálculo do tempo mínimo de contribuição, é preciso exibir o Certificado de Reservista ou certidão emitida pelo Exército, pela Marinha ou pela Força Aérea.

Ainda de acordo com o Ministério da Previdência Social^[19], o segurado pode solicitar o benefício sem deixar o emprego, desde que preencha os requisitos fundamentais da aposentadoria por idade. O indivíduo não pode renunciar o benefício a partir do recebimento do primeiro pagamento, ou quando saca o Programa de Integração Social (PIS) ou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O valor do salário de benefício é calculado tomando a média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição, corrigidos monetariamente desde julho de 1994. O cálculo do benefício da aposentadoria por idade equivale à soma de 70% do salário de benefício mais 1% para cada ano de contribuições até o limite de 100% do salário de benefício. Vale ressaltar que o salário de benefício é usado no cálculo de todas as modalidades de aposentadorias.

3.2. Aposentadoria por idade da pessoa com deficiência

De acordo com a Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem “impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras impossibilitem sua participação de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas”.

A aposentadoria por idade da pessoa com deficiência é um benefício concedido ao homem com idade mínima de 60 anos, e a mulher com idade mínima de 55 anos, que comprovar sua deficiência no momento do pedido do benefício. Além disso, é necessário possuir tempo mínimo trabalhado de 180 meses efetivamente trabalhados na condição de pessoa com deficiência.

O cálculo do benefício é feito da mesma forma do caso aposentadoria por idade.

3.3. Aposentadoria por tempo de contribuição

O benefício da aposentadoria por tempo de contribuição pode ser integral ou proporcional. Tem direito ao salário benefício integral o segurado do sexo feminino que comprovar pelo menos 30 anos de contribuição e o segurado do sexo masculino, 35 anos. Outra opção para requerer a aposentadoria integral é a soma da idade e tempo de contribuição resultar em 85 anos para a mulher e em 95 anos para o homem, isto é, fazendo uso da Regra 85/95 progressiva que será abordada em outro capítulo. É importante destacar que a aposentadoria integral equivale a 100% do salário de benefício, limitado pelos valores mínimo e máximo pagos pelo INSS, ou seja, o piso e o teto do salário de benefício.

Para solicitar a aposentadoria proporcional, o beneficiário precisa atender duas condições: idade mínima e tempo de contribuição. As mulheres devem ter 48 anos de idade e 25 anos de contribuição, e os homens 53 anos de idade e 30 anos de contribuição. Além disso, adiciona-se 40% sobre o tempo que faltava em 16 de dezembro de 1998 para completar 25 anos de contribuição no caso das mulheres, ou 30 anos de contribuição no caso dos homens.

Outra exigência para ter direito à aposentadoria integral ou proporcional é a efetivação do período de carência. Para os inscritos a partir de 25 de julho de 1991 são necessárias 180 contribuições mensais. Para os inscritos antes desta data é preciso seguir a tabela progressiva de carência do INSS^[23].

TABELA 1

Tabela progressiva de carência para segurados inscritos até 24 de julho de 1991

Ano de implementação das condições	Meses de contribuição exigidos
1991	60 meses
1992	60 meses
1993	66 meses
1994	72 meses
1995	78 meses
1996	90 meses
1997	96 meses
1998	102 meses
1999	108 meses
2000	114 meses
2001	120 meses
2002	126 meses
2003	132 meses
2004	138 meses
2005	144 meses
2006	150 meses
2007	156 meses
2008	162 meses
2009	168 meses
2010	174 meses
2011	180 meses

Fonte: Artigo 142 da Lei Nº 8.213/91

A TABELA 1 apresenta quantos meses de contribuição são exigidos para que os trabalhadores inscritos na Previdência Social antes de 25/07/1991 peçam sua aposentadoria proporcional e por idade. O ano de implementação das condições indica o ano no qual a pessoa cumpriu ou cumprirá as condições para a concessão do benefício. Vamos tomar como exemplo um homem com a idade mínima necessária, ou seja, 65 anos, em 2005. Neste caso, ele teria de atestar que contribuiu, pelo menos, por 144 meses à Previdência.

O cálculo do benefício incidirá no Fator Previdenciário, que será abordado com detalhes mais adiante.

3.4. Aposentadoria por tempo de contribuição da pessoa com deficiência

Tem direito a esse tipo de aposentadoria aquele que se enquadrar na definição de pessoa com deficiência de acordo com a Lei Complementar 142/2013, comprovar o tempo de contribuição exigido, conforme seu grau de deficiência, e ainda ter o mínimo de 180 meses trabalhados na condição no caso de deficiência leve. O grau de deficiência é atestado através de perícia do INSS por meio de instrumentos desenvolvidos para esse fim.

Os requisitos necessários, além de a pessoa ser deficiente, para requerer este tipo de aposentadoria são explicitados nos incisos I, II, III e IV do artigo 3º, da Lei Complementar 142/2013:

I - aos 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem, e 20 (vinte) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave;

II - aos 29 (vinte e nove) anos de tempo de contribuição, se homem, e 24 (vinte e quatro) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada;

III - aos 33 (trinta e três) anos de tempo de contribuição, se homem, e 28 (vinte e oito) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve; ou

IV - aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.

De acordo com a advogada Gisele Jucá^[11], o cálculo do valor da aposentadoria por tempo de contribuição da pessoa com deficiência é feito utilizando-se a média dos 80% maiores salários de contribuição desde julho/1994 até a data de entrada do requerimento. Em seguida, aplica-se a porcentagem correspondente a 100% da média. Caso o segurado tenha menos de 60% de contribuições, no período decorrido de julho de 1994 até a presente data, o divisor a ser considerado no cálculo da média aritmética simples será sempre 60%. Caso o segurado apresente entre 60% a 80% de contribuições no período decorrido de julho de 1994 até a presente data, utiliza-se como divisor o percentual correspondente ao total de contribuições. Na hipótese de não haver contribuições de julho de 1994 (Período Básico de Cálculo), o valor do benefício será de um salário mínimo. O Fator Previdenciário só será aplicado se houver aumento no valor do benefício.

3.5. Aposentadoria por tempo de contribuição do professor

Esse tipo de aposentadoria é um direito dos professores que comprovarem 30 anos de contribuição, se homem, ou 25 anos de contribuição, se mulher, independentemente da idade. É preciso que os profissionais tenham exercido, em tempo integral, magistério direcionado a Educação Básica, isto é, Educação infantil e ensinos Fundamental e Médio.

Para o cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição do professor, são considerados 80% das maiores contribuições mais a aplicação do Fator Previdenciário. É preciso comprovar também o tempo efetivamente trabalhado de 180 meses.

3.6. Aposentadoria especial por tempo de contribuição

É um direito oferecido ao segurado que tenha trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física. Para requisitar a aposentadoria especial, o trabalhador deverá comprovar, além do tempo de trabalho, efetiva exposição a agentes que prejudiquem a saúde ou a integridade física, sejam biológicos, químicos ou físicos. Esta exposição deverá ter ocorrido de forma habitual e permanente. O tempo trabalhando exposto nessas condições varia, podendo ser de 15, 20 ou 25 anos, independentemente se for homem ou mulher.

Além das condições citadas acima, é indispensável o cumprimento da carência de pelo menos 180 meses para os inscritos a partir de 25 de julho de 1991. Já para os inscritos antes desta data devem seguir a tabela progressiva (TABELA 1). A perda da qualidade de segurado não será considerada para concessão de aposentadoria especial, segundo a Lei nº 10.666/03.

3.7. Aposentadoria por invalidez

É um benefício devido aos indivíduos que, por doença ou acidente, forem incapacitados para a atividade ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento, de acordo com a perícia médica do INSS. Antes de requisitar este benefício, o cidadão deve solicitar um auxílio-doença, que possui as mesmas exigências da aposentadoria por invalidez.

O trabalhador deve estar inscrito na Previdência Social, além de ter contribuído por no mínimo 12 meses, no caso de doença. Porém, em caso de acidente, não é necessário período de carência.

O beneficiário da aposentadoria por invalidez tem de passar por perícia médica de dois em dois anos. Caso o segurado recupere sua capacidade, o benefício é suspenso e ele volta a trabalhar.

Se o cidadão se filiar à Previdência Social doente ou lesionado, isto é, causas que geram o benefício, ele não tem direito a aposentadoria por invalidez. No entanto, se a incapacidade resultar no agravamento da enfermidade, o indivíduo terá direito a este tipo de aposentadoria.

O cálculo das aposentadorias por invalidez é simples: vale 100% do salário de benefício, quando o trabalhador não estiver recebendo auxílio-doença. Caso o segurado precise de assistência permanente de outra pessoa, atestada pela perícia médica, o valor do benefício será acrescido em 25% a partir da data do seu requerimento.

4. Expectativa de Vida

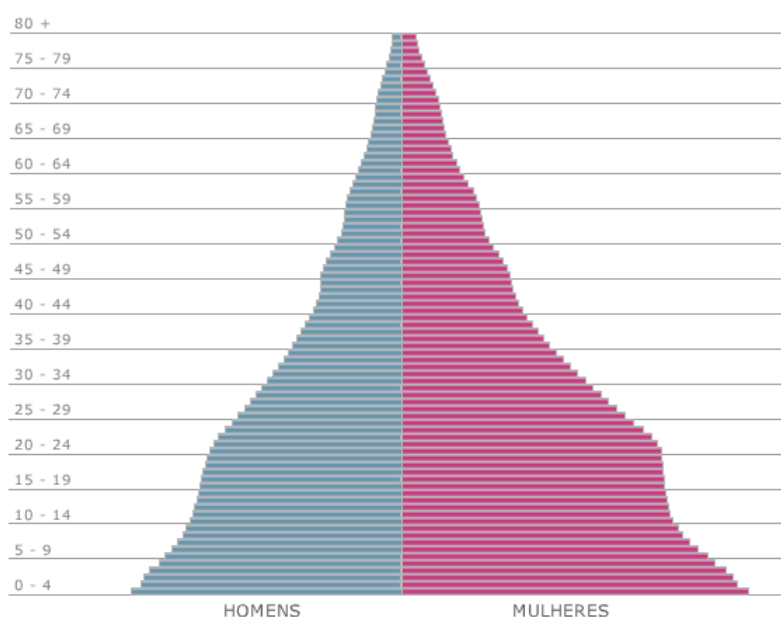
A expectativa de vida, ou esperança de vida, representa uma estimativa do número de anos esperado que uma pessoa irá viver quando nasce. Muitos fatores influenciam a expectativa de vida da população de um país, como por exemplo, qualidade de vida e dos serviços públicos, índice de violência, entre outros.

O aumento da expectativa de vida do brasileiro reflete negativamente para o beneficiário no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição e nos cofres da Previdência Social. Quanto maior for a expectativa de vida, maior será o Fator, isto é, maior será o desconto da aposentadoria, e ainda a Previdência concederá o benefício por mais tempo.

A elevação da esperança de vida do brasileiro deve-se aos avanços da medicina, com a descoberta de remédios, tratamentos, campanhas de vacinação, campanhas preventivas a doenças, ao saneamento básico, a melhoria na alimentação, com a maior conscientização sobre levar uma vida saudável, entre outros fatores. O governo promove vários programas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população e consequentemente aumentando a expectativa de vida.

Podemos notar o envelhecimento da população brasileira ao analisar sua pirâmide etária, que consiste em um gráfico para classificar os habitantes de determinado lugar por faixas de idade e sexo. A seguir, vamos analisar uma pirâmide etária do passado (1984), uma mais recente (2014) e uma projeção futura (2044), todas as três foram realizadas e disponibilizadas pelo IBGE^[10].

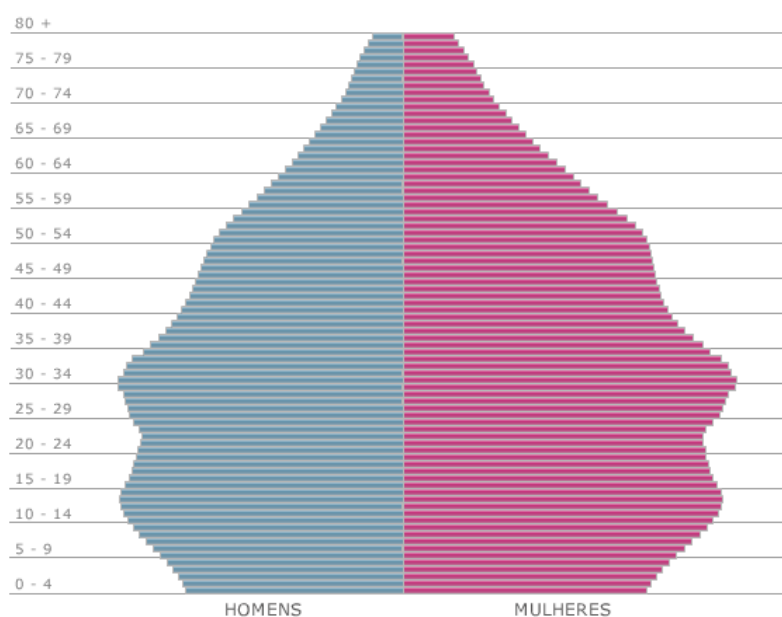
FIGURA 1
Pirâmide Etária Absoluta - 1984



Fonte: IBGE

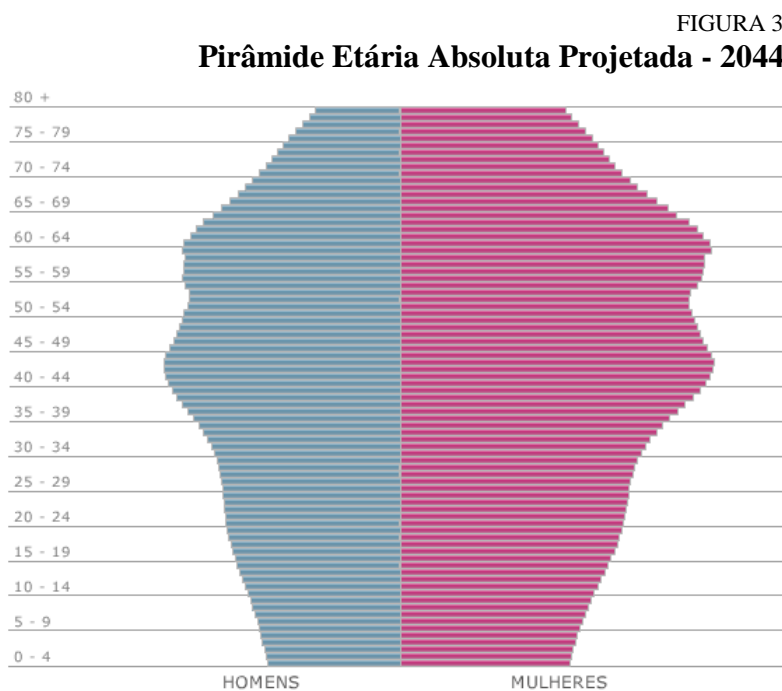
A pirâmide etária de 1984 é chamada de pirâmide jovem, pois apresenta base larga e topo estreito. O gráfico representado na FIGURA 1 indica altos índices de natalidade e de mortalidade, e expectativa de vida baixa.

FIGURA 2
Pirâmide Etária Absoluta - 2014



Fonte: IBGE

A pirâmide da FIGURA 2 representa o cenário mais recente de 2014, chamada de pirâmide adulta, apresenta a base larga e observa-se um aumento no topo em comparação com a pirâmide de 1984. Existem mais adultos e idosos, a taxa de natalidade está menor e a expectativa de vida tende a aumentar.



Fonte: IBGE

A projeção da pirâmide de 2044, retratada na FIGURA 3, é chamada de pirâmide envelhecida, na qual a base é mais estreita do que a classe dos adultos. Fica evidente uma diminuição da natalidade e um aumento da expectativa de vida.

A diferença entre os dados da expectativa de vida de homens e mulheres é notável. Não é conhecido o real motivo para essa discrepância. Entretanto, as possíveis razões para esse fato são: as mulheres cuidam mais da saúde e trabalhos de grande risco são exercidos por homens em sua maioria^[17].

De acordo com dados do IBGE, a expectativa de vida do indivíduo nascido no Brasil era de 75,2 anos em 2014 e na década de 1960 era de 50 anos^[19]. Com as melhorias na qualidade de vida do brasileiro foi observado um aumento de mais de 20 anos na expectativa de vida da população. O aumento da expectativa de vida está fundamentalmente ligado à qualidade de vida.

5. Fator Previdenciário

5.1. Conceito

Instituído em 26 de novembro de 1999 através da Lei nº 9.876^[13], com a intenção de desestimular as aposentadorias precoces, por meio de critérios atuariais, o Fator Previdenciário reduz o valor de alguns benefícios previdenciários, desestimulando as aposentadorias precoces e gerando uma economia aos gastos da Previdência Social.

O Fator Previdenciário é calculado através de uma fórmula matemática que envolve a idade, o tempo de contribuição, a expectativa de sobrevida, e a alíquota de contribuição, que é uma constante no valor de 0,31. Basicamente, o Fator incentiva o segurado a adiar a data do requerimento da aposentadoria, visto que quanto maiores forem a idade e o tempo de contribuição, maior será o Fator e consequentemente maior será o benefício. Entretanto, a expectativa de sobrevida é uma variável que não pode ser controlada pelo segurado, pois esta é disponibilizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Vale ressaltar que a expectativa de sobrevida do brasileiro está cada vez maior, então é importante o segurado considerar este fato ao adiar sua aposentadoria.

Na próxima seção iremos mostrar aplicações desse Fator. Por ora, segue a fórmula do Fator Previdenciário descrita pela seguinte expressão matemática:

$$f = \frac{Tc \cdot a}{Es} \left[1 + \frac{Id + (Tc \cdot a)}{100} \right]$$

com:

- f = Fator Previdenciário;
- Tc = tempo de contribuição do requerente;
- a = alíquota de contribuição equivalente a 0,31;
- Es = expectativa de sobrevida do requerente na data da aposentadoria;
- Id = idade do trabalhador na data da aposentadoria.

A Lei do Fator Previdenciário foi aplicada em regime de transição até atingir sua integridade 60 meses após sua publicação. Portanto, em 2004, após cinco anos da aplicação do Fator Previdenciário, efetuou-se o período de transição (artigo 5º)^[13]. A fórmula de transição é um meio de amenizar no tempo de cinco anos a plena vigência da Lei do Fator^[5].

A fórmula de transição f_n é descrita pela seguinte expressão^[5]:

$$f_n = \left(f \cdot \frac{n}{60}\right) + \left(\frac{60 - n}{60}\right)$$

com:

- f_n = fator de transição do respectivo mês $n \in [0,60]$;
- n = número de meses decorridos após a entrada em vigor da Lei do Fator.

O Fator Previdenciário é utilizado obrigatoriamente no cálculo do valor da aposentadoria por tempo de contribuição e da aposentadoria por tempo de contribuição do professor. Já nas aposentadorias por idade, por idade da pessoa com deficiência e por tempo de contribuição da pessoa com deficiência, a fórmula é utilizada opcionalmente, apenas quando favorável ao beneficiado. Nas aposentadorias por invalidez e especial não há incidência do Fator.

O uso do Fator pode diminuir o valor do benefício quando for menor do que 1, ou aumentar o valor do benefício quando for maior do que 1, ou ainda não gerar efeito no valor do benefício da aposentadoria quando for igual a 1.

Para aposentadoria integral, o cálculo do benefício da aposentadoria por tempo de contribuição será de 100% do salário de benefício multiplicado pelo Fator Previdenciário. Para aposentadoria proporcional, o cálculo será feito considerando 70% do valor do salário de benefício multiplicado pelo Fator acrescido de 5% por ano de contribuição posterior ao tempo mínimo exigido até o limite de 100%.

Na aplicação do Fator Previdenciário existem regras diferenciadas para mulheres e professores que se dedicaram ao ensino básico, fundamental ou médio. Para mulheres e professores do sexo masculino são somados ao tempo de contribuição cinco anos. Já para professores do sexo feminino são adicionados ao tempo de contribuição 10 anos.

5.2. Valores do Fator Previdenciário

Nesta seção vamos analisar valores do Fator Previdenciário para diversos tempos de contribuição, tanto para homens quanto para mulheres. Esta avaliação foi feita de forma semelhante à análise realizada por Delgado, Querino, Rangel e Stivali^[5].

Na TABELA 2, apresentada a seguir, é considerado o valor do Fator Previdenciário acometido sobre os homens em 2014, com tempo de contribuição variando de 30 a 40 anos, e idade da aposentadoria variando de 55 a 65 anos.

TABELA 2

Fator Previdenciário para diversos tempos de contribuição e idades no ano de 2014 - homens

Tempo de contribuição	Idade da aposentadoria										
	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65
30	0,60	0,62	0,65	0,67	0,70	0,73	0,76	0,79	0,83	0,86	0,90
31	0,62	0,64	0,67	0,69	0,72	0,75	0,78	0,82	0,86	0,89	0,93
32	0,64	0,67	0,69	0,72	0,75	0,78	0,81	0,85	0,88	0,92	0,96
33	0,66	0,69	0,72	0,74	0,77	0,81	0,84	0,88	0,91	0,95	1,00
34	0,68	0,71	0,74	0,77	0,80	0,83	0,87	0,90	0,94	0,98	1,03
35	0,71	0,73	0,76	0,79	0,82	0,86	0,89	0,93	0,97	1,01	1,06
36	0,73	0,76	0,79	0,81	0,85	0,88	0,92	0,96	1,00	1,05	1,09
37	0,75	0,78	0,81	0,84	0,87	0,91	0,95	0,99	1,03	1,08	1,12
38	0,77	0,80	0,83	0,86	0,90	0,94	0,97	1,02	1,06	1,11	1,16
39	0,79	0,82	0,86	0,89	0,92	0,96	1,00	1,05	1,09	1,14	1,19
40	0,81	0,85	0,88	0,91	0,95	0,99	1,03	1,08	1,12	1,17	1,22

Para analisar os efeitos do Fator Previdenciário vamos tomar como exemplo um homem com 60 anos de idade e 30 anos de contribuição. De acordo com a TABELA 2, este homem teria a incidência do Fator igual a 0,73, ou seja, seu benefício inicial de aposentadoria seria reduzido em 27%. Se sua aposentadoria fosse postergada em 1 ano, o Fator aumentaria para 0,78. Caso a aposentadoria deste mesmo homem fosse adiada em 2 anos, o Fator seria igual a 0,85. É sabido que quanto maiores forem a idade e o tempo de contribuição, maior é o Fator. Contudo, a análise de quanto tempo a aposentadoria deve ser postergada, de modo que o Fator Previdenciário seja maior, deve ser feita com cautela pois a tábua de mortalidade é construída anualmente e a expectativa de sobrevida tende a aumentar.

Na TABELA 3, apresentada a seguir, é considerado o valor do Fator Previdenciário acometido sobre as mulheres em 2014, com tempo de contribuição variando de 25 a 35 anos, e idade da aposentadoria variando de 50 a 60 anos. Lembrando que as mulheres tem um bônus de cinco anos no tempo de contribuição, já inclusos na tabela, devido à lei do Fator Previdenciário.

TABELA 3

Fator Previdenciário para diversos tempos de contribuição e idades no ano de 2014 - mulheres

Tempo de contribuição	Idade da aposentadoria										
	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
25 + 5	0,59	0,61	0,63	0,66	0,68	0,71	0,73	0,76	0,79	0,82	0,86
26 + 5	0,61	0,63	0,65	0,68	0,70	0,73	0,76	0,79	0,81	0,85	0,88
27 + 5	0,63	0,65	0,67	0,70	0,72	0,75	0,78	0,81	0,84	0,87	0,91
28 + 5	0,64	0,67	0,69	0,72	0,74	0,77	0,80	0,83	0,86	0,90	0,94
29 + 5	0,66	0,68	0,71	0,74	0,76	0,79	0,82	0,86	0,89	0,92	0,96
30 + 5	0,68	0,70	0,73	0,76	0,78	0,81	0,85	0,88	0,91	0,95	0,99
31 + 5	0,70	0,72	0,75	0,78	0,81	0,84	0,87	0,90	0,94	0,97	1,02
32 + 5	0,72	0,74	0,77	0,80	0,83	0,86	0,89	0,93	0,96	1,00	1,04
33 + 5	0,74	0,76	0,79	0,82	0,85	0,88	0,91	0,95	0,98	1,03	1,07
34 + 5	0,75	0,78	0,81	0,84	0,87	0,90	0,94	0,97	1,01	1,05	1,10
35 + 5	0,77	0,80	0,83	0,86	0,89	0,92	0,96	1,00	1,03	1,08	1,12

Suponha uma mulher com 55 anos de idade e 25 anos de contribuição. De acordo com a TABELA 3, o Fator no valor de 0,71 seria aplicado ao seu salário de contribuição. Então, o salário de benefício seria abatido em 29%. Podemos observar na TABELA 3 que o Fator Previdenciário é igual a 1 quando a mulher atinge 57 anos de idade e 35 anos de contribuição, situação na qual não teria o valor de seu benefício reduzido.

6. Análise de Dados

O objetivo desta seção é realizar uma análise estatística descritiva sobre os dados de concessão de aposentadorias por tempo de contribuição, por idade e por invalidez. Vamos sumarizar uma série de valores, descrevê-los por meio de tabelas e gráficos, e por fim analisar o comportamento dos dados. Os dados englobam o período de janeiro de 1993 a dezembro de 2014. A base de dados utilizada foi obtida no site do Ministério da Previdência Social (MPS)/Dataprev. Os dados recolhidos para obter os resultados apresentados neste capítulo estão no anexo.

Inicialmente, serão analisados os valores acumulados ao ano e a quantidade, nos meses de dezembro, das aposentadorias urbanas por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, emitidos do ano de 1993 até o ano de 2011.

FIGURA 4

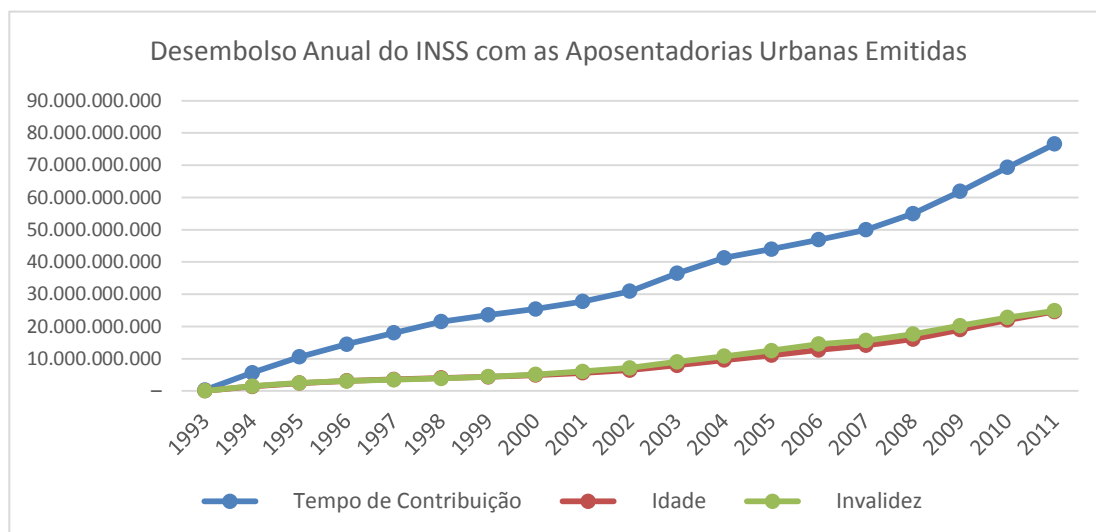
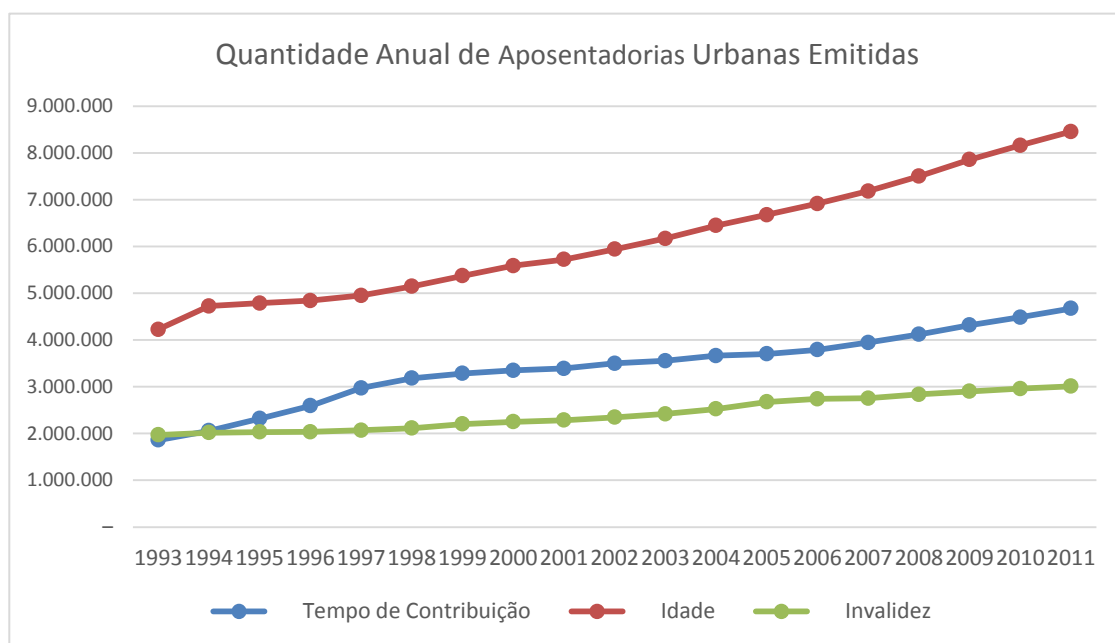


FIGURA 5



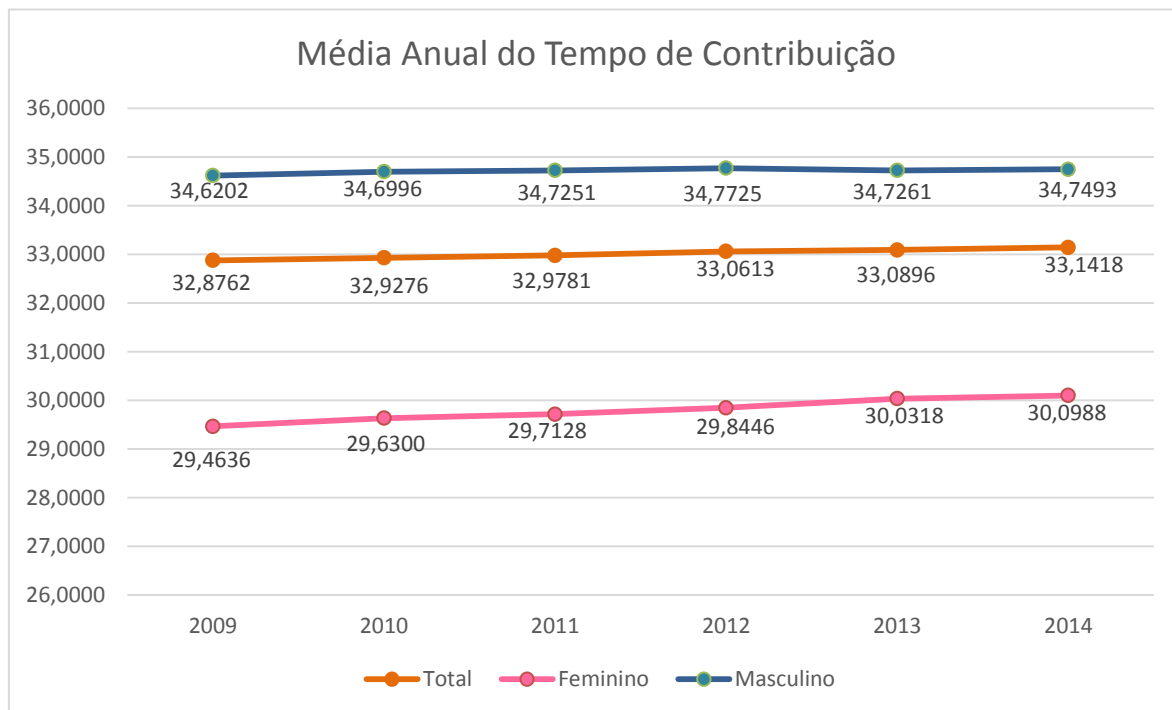
A partir do gráfico da FIGURA 4 notamos que a maior parte dos gastos do INSS com aposentadorias é com a modalidade de aposentadoria por tempo de contribuição, ou seja, mais pessoas se aposentam por tempo de contribuição. E este fato pode ser comprovado pela FIGURA 5.

Também é possível perceber que os valores das aposentadorias por tempo de contribuição e por idade estão crescendo mais rápido a cada ano, isto se deve ao fato da quantidade dessas aposentadorias também estar aumentando mais rapidamente nos últimos anos. Outra causa para estes valores estarem apresentando tal crescimento é a expectativa de vida do brasileiro, que também vem aumentando a cada ano. Com isso, podemos afirmar que mais pessoas se aposentam por tempo de contribuição e por idade do que aposentados por tempo de contribuição e por idade morrem a cada ano.

A linha referente à aposentadoria por invalidez dos gráficos da FIGURA 4 e FIGURA 5 não apresenta a característica citada acima. Uma possível razão para tal comportamento é que a expectativa de vida de uma pessoa inválida é menor do que de uma pessoa não inválida. Além disso, é possível que uma pessoa inválida retorne ao mercado de trabalho, dependendo do resultado da perícia médica realizada de dois em dois anos.

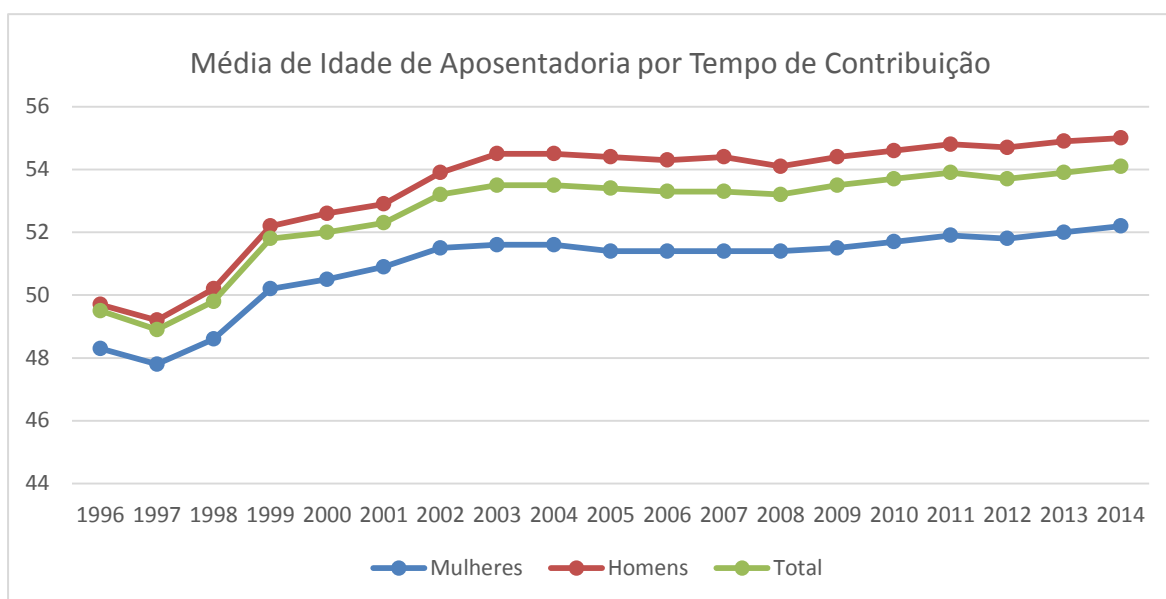
Agora, serão analisadas a média de tempo de contribuição e a média de idade dos segurados ao se aposentaram por tempo de contribuição, separadas por sexo. Os dados referentes à média de tempo de contribuição são do ano de 2009 até o ano de 2014, enquanto os dados referentes à média de idade são do ano de 1996 até o ano de 2014.*

FIGURA 6



*Retiramos os dados das idades médias de aposentadoria por tempo de contribuição do período de 1996 a 2008 do gráfico elaborado por Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPS)/Ministério da Previdência Social (MPS) e fonte DATAPREV/SINTESE, disponibilizado no estudo "Efetividade do Fator Previdenciário" de Renata Baars[3]. Dados em anexo.

FIGURA 7



Pelas FIGURAS 6 e 7 constatamos que a linha referente à média total está mais próxima da linha referente à média dos homens para todos os anos, com isso, concluímos que existem mais homens se aposentando do que mulheres e consequentemente, existem mais homens no mercado de trabalho. E este fato pode ser visto como um reflexo da situação que tínhamos no passado, onde as mulheres só trabalhavam em casa, cuidando de suas famílias. Mas também é possível perceber que essa situação está mudando e cada vez mais mulheres entram no mercado de trabalho formal, e apesar da média total ainda estar mais próxima da média dos homens podemos perceber que a cada ano ela se afasta um pouco mais.

Em relação à FIGURA 6 vemos que a média do tempo de contribuição das mulheres em todos os anos está bem próxima de 30 anos, enquanto a dos homens está em torno de 35, que são os tempos de contribuição mínimos para cada sexo. Porém, em alguns anos, tanto na linha da média das mulheres quanto na linha da média dos homens, os valores estão inferiores ao tempo mínimo de contribuição. Esse fato é explicado pelas aposentadorias especiais que podem reduzir o tempo de contribuição exigido, conforme já foi explicado anteriormente.

Na FIGURA 7, onde temos a média de idade do segurado no momento em que se aposentou, observamos um aumento no valor do ano de 1998 para o ano de 1999 e tal aumento foi claramente causado pela aprovação do Fator Previdenciário. Conforme foi dito no início deste trabalho, o Fator Previdenciário foi criado com a intenção de incentivar os brasileiros a adiarem suas aposentadorias, e partir do gráfico em questão, verificamos que o desejado realmente aconteceu.

Por fim, vamos analisar os valores mensais das aposentadorias por tempo de contribuição, por idade e por invalidez do ano de 2009 até o ano de 2014.

FIGURA 8

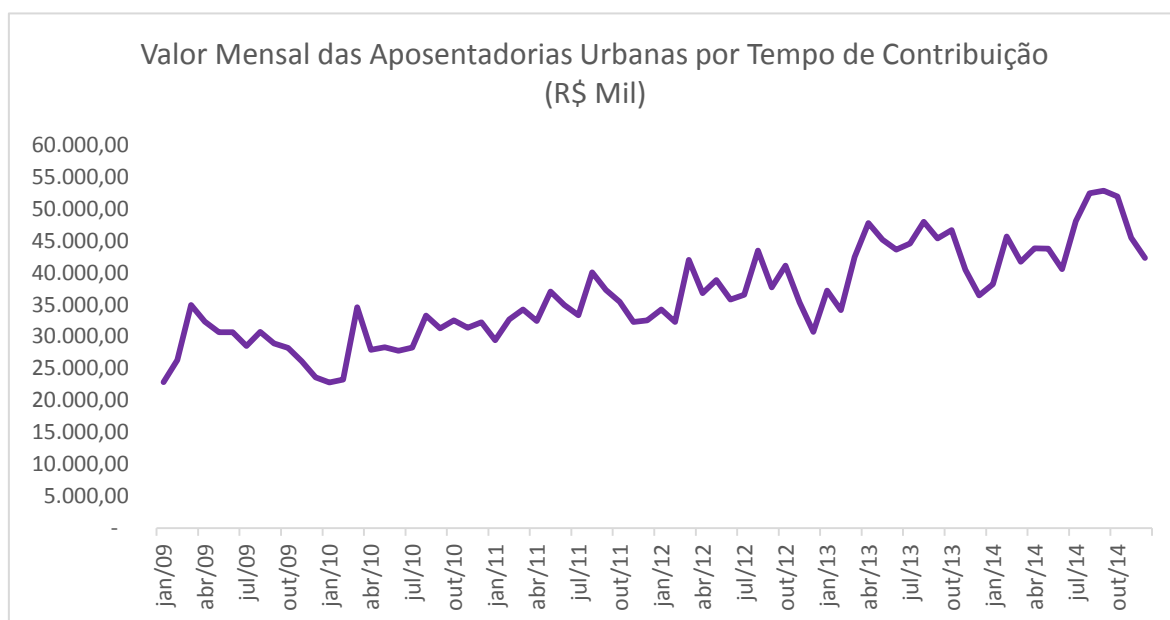


FIGURA 9

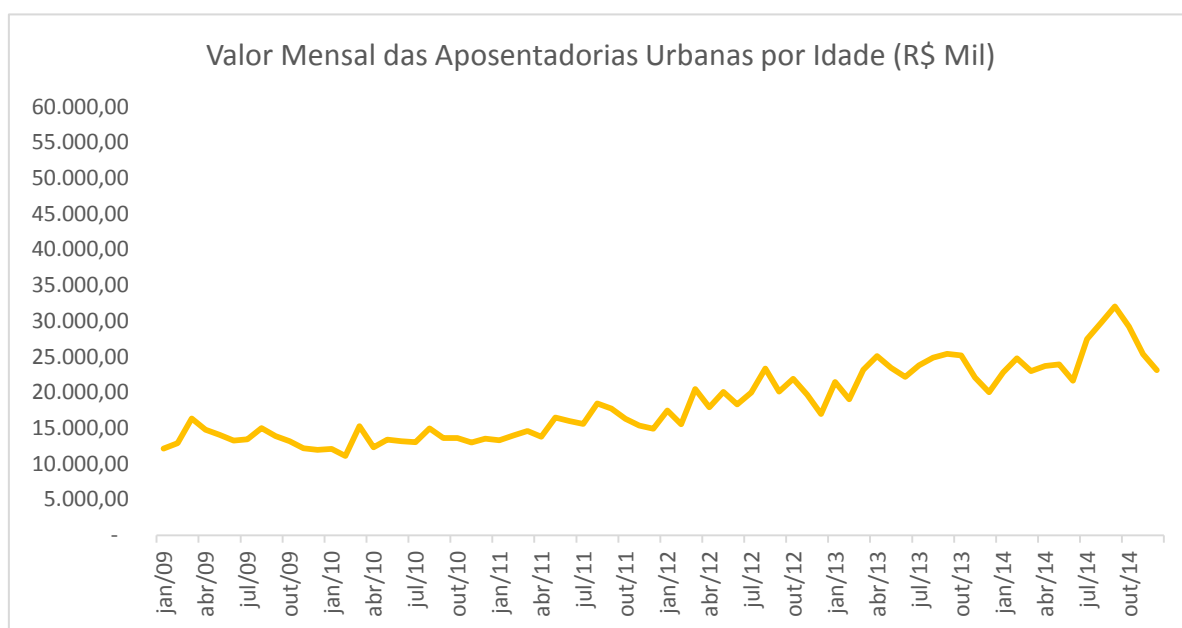
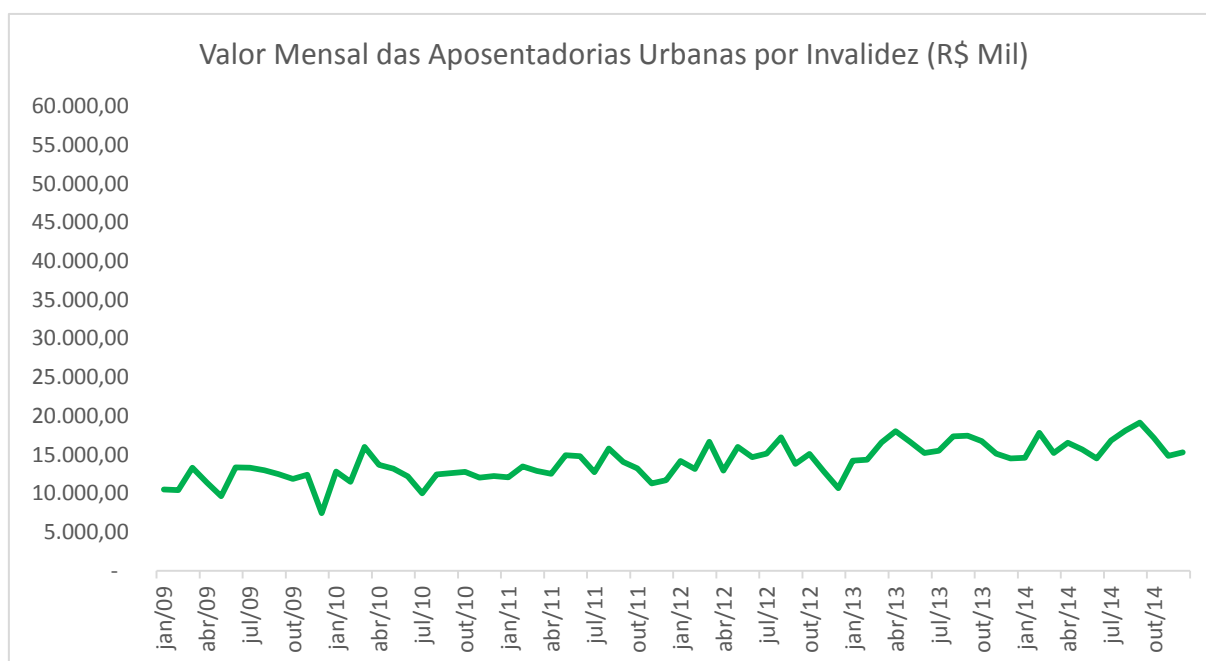


FIGURA 10



As FIGURAS 8 e 9 que se referem aos valores mensais das aposentadorias concedidas por tempo de contribuição e por idade, respectivamente, nos mostram um aumento significativo nos gastos do INSS para conceder tais aposentadorias. Conforme é explicitado nas tabelas abaixo.

TABELA 4
**Aposentadoria
por tempo de contribuição**

Ano	Valores Máximos Ocorridos
2009	34.935,12
2010	34.566,76
2011	40.042,87
2012	43.434,00
2013	47.947,00
2014	52.800,00

TABELA 5
Aposentadoria por idade

Ano	Valores Máximos Ocorridos
2009	16.364,20
2010	15.257,39
2011	18.452,35
2012	23.361,00
2013	25.402,00
2014	32.053,00

A FIGURA 10, que se refere aos valores mensais das aposentadorias concedidas por invalidez, os quais também estão aumentando com o tempo, porém tal aumento não é tão significativo quanto o das outras modalidades de aposentadoria mencionadas.

TABELA 6
Aposentadoria por invalidez

Ano	Valores Máximos Ocorridos
2009	13.389,29
2010	16.030,29
2011	15.822,94
2012	17.260,00
2013	18.057,00
2014	19.162,00

Dessa maneira, observamos que se os critérios de aposentadoria continuarem como estavam no período analisado, os gastos do INSS aumentariam cada vez mais. Por conta desse quadro, o governo decidiu, em novembro de 2015, implementar uma nova regra, a Fórmula 85/95.

7. Regra 85/95 Progressiva

7.1 Conceito e aplicação

Em novembro de 2015, a presidente Dilma Rousseff sancionou uma regra, criada pela Medida Provisória nº 676/2015^[15], para as aposentadorias do INSS chamada Fórmula 85/95 Progressiva. Essa regra é uma medida para retardar a aposentadoria precoce e amenizar as contas da Previdência, que, com o aumento da expectativa de vida do brasileiro, terá de pagar os aposentados por mais tempo. Além disso, a tendência é de haver menos contribuintes para cada aposentado nos próximos anos, visto que as taxas de fecundidade estão caindo.

O Fator Previdenciário continua em vigor, com a mesma fórmula, mas poderá ser substituído se o segurado atingir os pontos que foram criados. A nova regra funciona da seguinte forma: o requerente terá de somar 85 pontos se for mulher ou 95 se for homem. Essa pontuação é a soma do tempo de contribuição à idade do segurado. A Fórmula 85/95 inicia com a pontuação 85/95 vigente até 2018 e chegará em 2027 com a pontuação 90/100. O sistema de pontuação é mostrado na tabela a seguir^[22]:

TABELA 7

Sistema de pontuação para regra progressiva		
Período	Idade + Tempo de Contribuição	
	Mulher	Homem
2015 a 2018	85	95
2019 a 2020	86	96
2021 a 2022	87	97
2023 a 2024	88	98
2025 a 2026	89	99
2027 em diante	90	100

A nova regra é bem favorável para quem vai se aposentar até 2018, mas a partir de 2019 começa a ficar desvantajosa. Por exemplo, uma mulher com 55 anos de idade e 30 anos de contribuição pode fazer o pedido sem a aplicação do Fator Previdenciário. A partir de 2019, uma mulher com essas mesmas características terá a aposentadoria com a incidência do Fator. Entretanto, vale a opção de adiar a data de requerimento da aposentadoria para obter o benefício integral sem o uso do Fator.

Existe ainda uma condição especial para a aposentadoria de professores dos ensinos infantil, fundamental e médio, que tem regras diferenciadas e se aposentam cinco anos mais cedo que as outras classes. A lei determina que o tempo mínimo de contribuição seja de 25 anos, no caso das mulheres, e 30 anos, para os homens.

7.2. Comparação com o Fator Previdenciário

Vamos tomar como exemplo uma mulher de 55 anos com 30 anos de contribuição e um homem de 60 anos com 35 anos de contribuição e analisaremos a aplicação do Fator previdenciário e o uso da fórmula 85/95 progressiva.

Em 2016, com a incidência do Fator Previdenciário, a mulher teria direito a uma aposentadoria no valor de 70% do salário de contribuição enquanto o homem teria direito a uma aposentadoria de 85%. Já usando a fórmula 85/95, este casal teria direito ao benefício de 100%. Em 2027, por exemplo, para obter o benefício sem desconto é necessário continuar trabalhando e contribuindo por mais 5 anos.

Tendo em vista que a expectativa de sobrevida do brasileiro está cada vez maior, a tendência é o beneficiário usufruir da aposentadoria mais tempo do que ele contribuiu ao sistema. A Fórmula 85/95 é progressiva justamente para incentivar as pessoas a continuarem trabalhando e contribuindo por mais tempo. De acordo com Meneguini e Nery^[16], o Fator Previdenciário tenta evitar qualquer perda ou ganho em termos de valor esperado do fluxo de pagamento de contribuições e do fluxo recebimento da aposentadoria. Ambas as técnicas procuram equilibrar as contas da previdência.

8. Considerações Finais

Assim como no Brasil, a tendência demográfica mundial indica aumento da expectativa de vida e o envelhecimento da população. A empresa Allianz realizou um estudo^[1] em que foi feita uma análise de 50 países com o objetivo de chegar a uma classificação por país que reflete a sustentabilidade, em longo prazo, do sistema de pensões em sociedades envelhecidas. Neste estudo, foi criado o Índice de Pensão e Sustentabilidade, que combina diversas características de sistemas de pensões com fatores que as influenciam para ajudar a controlar e avaliar as mudanças políticas feitas em diferentes países ao redor do mundo.

Ainda de acordo com o estudo da Allianz^[1], o índice do Brasil foi o segundo menor, na frente apenas da Tailândia. Essa baixa classificação deve-se ao envelhecimento rápido da população brasileira e a idade média de aposentadoria que é baixa. Conforme o estudo da Allianz^[1], é possível manter o sistema previdenciário atual por conta da população jovem, porém será preciso rever suas políticas para o futuro com a mudança drástica da demografia. Em outros países, o benefício não costuma ser pago antes dos 60 anos de idade. Por exemplo, a Austrália, país com a melhor classificação neste estudo, apresenta idade média de aposentadoria aos 65 anos.

O Ministério do Trabalho e da Previdência Social estima um déficit do INSS de R\$ 133,6 bilhões em 2016. Em 2015, o déficit registrado foi de R\$ 85,8 bilhões^[25]. Um dos motivos para estes resultados negativos é o número de aposentados encontra-se cada vez maior, com isso, aumenta a despesa por conta de pensões. Vale ressaltar que existem outras razões para o débito da previdência, como por exemplo, pessoas que nunca contribuíram e recebem o pagamento de benefícios, concessão de aposentadorias rurais sem evidências de tempo de contribuição, entre outros.

Alguns fatores levam a diminuição do déficit previdenciário, como a geração de empregos e o cumprimento de regras rígidas, que tem como consequência a diminuição na sonegação. Em contrapartida, a idade média da população brasileira está aumentando, consequentemente as pessoas ficarão mais tempo recebendo benefícios. Visto que a idade média de aposentadoria do brasileiro é baixa, o governo estuda determinar uma idade mínima para a aposentadoria, que seria de 65 anos para homens e de 62 anos para mulheres. Porém, essa proposta ainda está em discussão^[7].

A economia do Brasil como um todo está deficitada e a Previdência Social tem influência nisso. O atual governo está estudando possíveis reformas para o sistema de aposentadorias, conforme citado no parágrafo anterior. Essa é uma questão polêmica e até políticos aliados a atual gestão são contra as reformas que influenciem quem está na ativa e quem está atualmente aposentado, fato que dificulta a aprovação das reformas que estão sendo estudadas. Então, como talvez não seja possível realizar uma reforma de imediato, buscam-se outros meios de reduzir os gastos do INSS, como por exemplo, aumentar a fiscalização dos aposentados por invalidez. Acredita-se que existam muitos aposentados recebendo o benefício sem preencher mais os requisitos. Conforme dito anteriormente nesse trabalho, o cidadão que se aposentou por invalidez deve realizar uma perícia médica de 2 em 2 anos para provar que continua inválido, porém essa perícia não é realizada desde 2008, o que faz o governo esperar que conseguiria reverter 5% dos benefícios da aposentadoria por invalidez, gerando uma economia de R\$ 2,34 bilhões se conseguir realizar as perícias até o final do ano. Para realizar essas perícias seria necessário que a maioria dos médicos peritos aceite fazer hora extra, concordando em trabalhar aos sábados por um determinado período^[26].

Apesar do grande movimento de pessoas afirmando a necessidade de reforma previdenciária, um grupo de especialistas acredita não existir déficit na Previdência e tem desenvolvido estudos para comprovar essa teoria. De acordo com Denise Gentil^[8], o déficit previdenciário é calculado de forma distorcida, pois leva em consideração somente a contribuição de empregados e trabalhadores, diminuindo dessa receita os gastos com benefícios. Outras fontes de receita, como por exemplo, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) não são computadas nesse cálculo, por isso o resultado em déficit. Gentil reforça que considerando todos os ganhos e gastos, esse cálculo resultaria em superávit. O excedente de recursos é utilizado para outras finalidades e não para melhorias do próprio sistema de Previdência Social.

Segundo as investigações de Denise Gentil^[8], o sistema de seguridade social é financeiramente autossustentável e gera um grande excedente de recursos. Então o sistema previdenciário não precisaria de medidas para reforma fiscal, como por exemplo, a redução no valor das aposentadorias. Denise Gentil afirma que a reforma necessária diz respeito à inclusão de parte da população que se encontra desprotegida, pois grande parte das pessoas economicamente ativa não tem acesso à Previdência. O problema do envelhecimento da população poderia ser resolvido com planejamento e com crescimento econômico.

Por fim, o presente trabalho apresentou a história da Previdência Social e sua evolução no que diz respeito às aposentadorias. O aumento da expectativa de vida combinado com a baixa idade média de requerimento do benefício motivaram mudanças nas regras de aposentadoria, apesar de alguns especialistas afirmarem não haver necessidade de tais mudanças. As principais normas criadas nos últimos 15 anos foram o Fator Previdenciário e a Regra 85/95. Ambas as medidas tem como proposta retardar a data de requerimento da aposentadoria para receber um benefício maior futuramente. Do ponto de vista do segurado, a transferência do pedido de aposentadoria para depois aumenta o benefício, porém diminui o tempo de recebimento. Do ponto de vista do governo, essas medidas visam impedir que o segurado recebesse o benefício por mais tempo do que ele contribuiu. Conclui-se que a finalidade de tais mudanças é encontrar um equilíbrio entre a proteção dos segurados e do sistema previdenciário.

REFERÊNCIAS

- [1] Allianz International Pension Papers 1/2014 - 2014 Pension Sustainability Index. Munique, Alemanha: Allianz, Janeiro/2014. Disponível em:
<https://www.allianz.com/v_1396002521000/media/press/document/other/2014_PSI_ES_final.pdf>. Acesso em 17 de julho de 2016
- [2] ARAÚJO, Francisco Carlos da Silva. Seguridade social. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1272, 25 dez. 2006. Disponível em:
<<https://jus.com.br/artigos/9311>>. Acesso em 14 de junho de 2016
- [3] BAARS, Renata. Efetividade do Fator Previdenciário. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, outubro/2012. Disponível em:
<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema15/2012_17869.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2016
- [4] Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DPL/DPL4682.htm >. Acesso em 17 de julho de 2016
- [5] DELGADO, Guilherme; QUERINO, Ana Carolina; RANGEL, Leonardo; STIVALI, Matheus. Aplicação de Resultados da Lei do Fator Previdenciário (1999-2004). Brasília: IPEA, 2006 (Texto para discussão nº 1161). Disponível em:
< http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1161.pdf>. Acesso em 21 de junho de 2016
- [6] Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc20.htm>. Acesso em 14 de junho de 2016
- [7] Estadão - Governo estuda alternativa à fixação de idade mínima para aposentadoria. Disponível em:
<<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,nova-noticia,1871573>>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

- [8] GENTIL, Denise Lobato. *A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira - Análise financeira do período 1990-2005*. 2006.356f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/teses/2006/a_politica_fiscal_e_a_falsa_crise_da_seguridade_social_brasileira_analise_financeira_do_periodo_1990_2005.pdf>. Acesso em 9 de agosto de 2016
- [9] IGF Intellect Gerenciamento Financeiro - Previdência Social no Brasil. Disponível em: <http://www.igf.com.br/aprende/dicas/dicasResp.aspx?dica_Id=3276>. Acesso em 14 de junho de 2016
- [10] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Projeção da População. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/piramide/piramide.shtm>. Acesso em 28 de junho de 2016
- [11] JUCÁ, Gisele - Aposentadoria da pessoa portadora de deficiência: você conhece? Disponível em: <<http://giselejuca.jusbrasil.com.br/artigos/134696022/aposentadoria-da-pessoa-portadora-de-deficiencia-voce-conhece>>. Acesso em 20 de junho de 2016
- [12] Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em 14 de junho de 2016
- [13] Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9876.htm>. Acesso em 14 de junho de 2016
- [14] Lei complementar nº 142, de 8 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp142.htm>. Acesso em 14 de junho de 2016
- [15] Medida Provisória nº 676, de 17 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Mpv/mpv676.htm>. Acesso em 21 de junho de 2015

- [16] MENEGUIN, F. B.; NERY, P. F. Fator Previdenciário ou Fórmula 85/95? A construção de uma alternativa. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, maio/2015 (Boletim Legislativo nº 31, de 2015). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 21 de maio de 2016
- [17] Mundo Educação - Expectativa de vida. Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/expectativa-vida.htm>. Acesso em 28 de junho de 2016
- [18] NOLASCO, Lincoln. Evolução histórica da previdência social no Brasil e no mundo. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 98, mar 2012. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11335&revista_caderno=20. Acesso em 17 de julho de 2016
- [19] Portal Brasil - Cidadania e Justiça. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2010/01/tire-suas-duvidas-sobre-aposentadoria-por-idade>. Acesso em 20 de junho de 2016
- [20] Portal Brasil - Expectativa de vida do brasileiro sobe para 75,2 anos. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/expectativa-de-vida-do-brasileiro-sobe-para-75-2-anos>. Acesso em 28 de junho de 2016
- [21] Previdência Social - Aposentadorias. Disponível em: <http://www.mtps.gov.br/aposentadorias>. Acesso em 14 de junho de 2016
- [22] Previdência Social - Aposentadoria: Sancionada fórmula 85/95 para aposentadoria por tempo de contribuição. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/2015/11/aposentadoria-sancionada-formula-8595-de-aposentadoria/>. Acesso em 4 de agosto de 2016
- [23] Previdência Social - Carência. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/informacoes-gerais/carencia/>. Acesso em 3 de agosto de 2016
- [24] SALAZAR, Fernanda - ViaJus - Previdência: Evolução da Legislação Previdenciária. Disponível em: <http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=405&idAreaSel=7&seeArt=yes>. Acesso em 17 de julho de 2016

[25] Valor - Déficit da Previdência avança para 28,9 bilhões no trimestre. Disponível em:

< <http://www.valor.com.br/brasil/4542649/deficit-da-previdencia-avanca-para-r-289-bilhoes-no-trimestre>>. Acesso em 17 de julho de 2016

[26] G1 - Veja as medidas anunciadas pelo governo para a Previdência. Disponível em:

< <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/07/veja-medidas-anunciadas-pelo-governo-para-previdencia.html>>. Acesso em 25 de agosto de 2016

115 - Valor de Benefícios urbanos emitidos, segundo os grupos de espécies - Acumulado ao ano - 1993/2011																					
VALOR DE BENEFÍCIOS URBANOS EMITIDOS (R\$)																					
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011		
TOTAL.....	674.745.125	13.236.430.129	23.849.596.695	31.916.215.260	37.774.326.370	43.307.173.135	48.534.334.439	54.180.748.415	61.840.632.166	71.614.519.251	87.852.463.138	893.236.804.876	115.233.316.525	127.441.318.507	139.072.182.255	152.638.370.691	173.422.236.762	195.586.651.928	217.422.871.803		
BENEFÍCIOS DO RGPS.....	652.342.051	12.695.671.766	22.808.062.569	30.079.644.873	36.008.563.544	41.933.626.314	46.153.329.818	51.516.462.290	58.191.346.632	67.163.320.352	82.223.875.105	96.327.765.929	107.979.472.442	116.403.761.584	125.931.175.839	137.628.292.397	155.232.018.231	174.126.292.908	193.252.005.332		
PREVIDENCIÁRIOS.....	627.168.159	12.203.078.665	21.838.033.715	28.883.246.866	34.643.648.010	40.194.154.348	44.348.038.895	49.269.432.397	55.883.832.129	64.474.618.051	78.890.489.277	92.406.227.389	102.889.647.748	112.101.756.419	121.188.343.658	132.341.775.935	143.327.385.928	167.707.527.053	186.071.475.272		
APENAS CONTRIBUENTES.....	446.400.370	8.588.185.354	15.547.560.194	20.703.351.840	25.108.475.344	29.403.423.724	32.334.734.390	35.418.851.286	39.432.904.046	44.307.107.337	52.461.373.389	61.654.077.223	67.601.138.071	73.732.784.340	78.737.345.922	88.724.638.120	98.781.255.532	116.471.308.244	126.087.918.355		
Tempo de Contribuição.....	300.021.558	5.688.238.642	10.001.208.155	12.919.105.174	15.480.103.942	17.840.000.272	19.830.076.390	21.781.961.389	23.579.071.663	25.374.463.270	27.183.387.191	29.000.878.232	30.843.387.156	32.698.933.127	34.588.325.015	36.518.287.282	38.491.007.282	40.518.934.177	42.681.354.055		
Idade.....	70.339.962	13.984.584.202	2.242.871.195	3.150.880.085	3.607.674.416	4.004.255.345	4.394.344.351	4.784.648.055	5.164.714.058	5.544.714.058	6.446.117.941	7.346.354.806	8.251.442.782	9.167.921.907	10.094.388.352	10.934.388.352	11.783.808.352	12.638.255.352	13.500.000.352		
Invalidez.....	75.771.780	15.141.915.100	2.513.344.486	3.006.561.339	3.503.016.356	3.984.448.005	4.449.563.561	4.900.120.857	5.350.235.198	5.804.226.370	7.019.126.828	8.172.568.628	9.327.256.217	10.477.658.436	11.622.256.217	12.767.256.217	13.912.256.217	15.057.256.217	16.202.256.217		
Pasivos por Morte.....	48.307.459	3.046.78.584	5.569.300.337	6.887.685.271	8.081.343.135	9.188.527.534	10.262.621.257	11.536.336.435	13.445.230.104	15.519.350.571	19.037.224.550	22.082.888.839	24.247.709.568	27.023.814.838	29.716.827.173	32.888.846.300	37.542.890.442	42.360.554.764	46.634.236.015		
Auxílio.....	28.421.315	200.042.053	928.107.338	1.201.147.702	1.336.534.890	1.558.614.624	1.687.147.722	1.938.234.005	2.466.644.779	3.143.541.120	5.826.303.560	8.569.793.195	10.646.156.378	10.764.142.388	11.632.074.687	10.527.077.748	10.280.630.030	10.307.771.561	10.386.234.784		
Doença.....	28.464.631	57.205.844	1.198.236.896	1.376.661.305	1.613.682.411	1.663.843.705	1.895.387.100	2.432.563.375	3.693.008.694	5.716.102.360	8.484.104.126	10.740.609.146	10.827.313.070	11.573.071.047	10.571.372.671	10.571.372.671	10.571.372.671	10.571.372.671	10.571.372.671		
Retificação.....	28.464.631	57.205.844	1.198.236.896	1.376.661.305	1.613.682.411	1.663.843.705	1.895.387.100	2.432.563.375	3.693.008.694	5.716.102.360	8.484.104.126	10.740.609.146	10.827.313.070	11.573.071.047	10.571.372.671	10.571.372.671	10.571.372.671	10.571.372.671	10.571.372.671		
Acidentes.....	-	-	-	12.437	192.819	893.822	2.893.757	8.739.440	6.179.440	12.371.917	19.413.195	31.554.436	41.874.750	52.490.660	70.694.325	92.490.295	118.098.878	149.029.355	181.029.355		
Salário-Maternidade (2).....	89.445	2.523.338	7.119.435	11.341.266	18.302.676	26.917.200	32.687.749	38.711.670	44.563.030	58.635.937	54.542.182	87.194.773	103.309.837	114.890.387	139.476.609	195.890.660	282.173.005	355.807.110	443.388.456		
Outros.....	3.316.630	44.735.716	45.453.321	31.520.317	24.057.422	19.334.667	16.243.257	14.253.442	13.413.106	12.119.566	12.439.366	12.393.259	12.333.234	9.182.746	6.827.886	5.291.647	4.196.220	3.485.372	3.096.664		
Salário-Família (1).....	129	1734	1306	234	3	24	39	20	39	12	12	12	12	8.711.448	6.470.182	4.378.429	3.873.710	3.228.91	2.879.309		
Abono de Permanência (2).....	3.235.141	44.244.660	30.372.133	22.354.412	18.388.361	15.844.635	12.598.041	11.384.100	11.795.367	11.795.367	11.795.367	11.795.367	11.795.367	11.795.367	11.795.367	11.795.367	11.795.367	11.795.367	11.795.367		
Vantagem de Sinalização.....	22.760	543.122	1.164.417	1.071.348	1.071.348	1.071.348	1.071.348	1.071.348	1.071.348	1.071.348	1.071.348	1.071.348	1.071.348	1.071.348	1.071.348	1.071.348	1.071.348	1.071.348	1.071.348		
ACIDENTARIAS.....	25.773.893	482.593.061	910.022.794	1.196.330.007	1.437.195.474	1.645.491.183	1.805.830.923	1.986.369.233	2.268.323.563	2.680.702.301	3.333.385.828	3.321.538.220	4.269.824.634	4.299.005.165	4.102.824.181	5.286.571.893	5.304.622.064	6.418.185.855	7.180.588.120		
ACIDENTARIAS por Invalidez.....	5.476.008	98.426.092	116.125.577	229.281.266	273.471.323	319.041.444	366.675.532	423.958.395	595.878.170	614.001.561	789.430.346	940.651.693	1.051.379.482	1.167.300.393	1.225.842.222	1.369.407.143	1.593.355.352	1.760.635.161	1.972.893.567		
Pasivo por Morte.....	10.064.324	177.853.137	314.462.264	395.616.636	445.107.124	485.620.214	519.873.362	560.392.039	616.280.066	684.016.193	800.342.105	887.145.619	906.566.183	946.893.342	977.326.426	1.008.351.260	1.028.484.703	1.240.363.152	1.270.074.379		
Auxílio.....	10.332.890	206.370.342	419.424.953	571.920.045	719.341.821	840.366.825	919.877.429	996.820.238	1.109.465.328	1.230.020.717	2.093.793.152	2.371.880.029	2.684.031.865	2.483.059.532	2.278.753.464	3.266.644.409	3.423.967.543	3.597.619.713	3.743.967.543		
Doença.....	3.211.788	180.237.100	296.170.239	327.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103		
Acidentes.....	5.939.300	102.601.263	192.033.358	256.611.824	327.368.920	382.611.824	445.111.824	505.747.312	569.127.312	645.127.312	739.570.574	839.127.312	939.127.312	1.039.127.312	1.139.127.312	1.239.127.312	1.339.127.312	1.439.127.312	1.539.127.312		
Sigatamento.....	1.421.762	26.445.638	41.176.238	51.203.532	61.230.532	71.261.532	81.292.532	91.323.532	101.354.532	111.385.532	121.416.532	131.447.532	141.478.532	151.509.532	161.540.532	171.571.532	181.602.532	191.633.532	201.664.532		
ASSISTÊNCIAS.....	21.803.374	610.826.363	1.041.444.036	1.236.370.388	1.634.382.935	2.062.107.004	2.440.664.681	2.924.286.213	3.689.276.474	4.517.276.263	5.628.388.093	6.905.839.347	8.644.444.083	10.839.558.164	12.101.095.581	14.337.544.734	16.937.545.023	21.263.577.464	23.383.145.409		
Apurados Assistenciais (4).....	-	-	-	112.342.340	763.732.676	1.154.193.293	1.533.122.422	2.694.021.512	3.428.200.225	4.533.221.500	5.814.003.188	7.514.003.188	9.514.003.188	11.514.003.188	13.514.003.188	15.514.003.188	17.514.003.188	19.514.003.188	21.514.003.188		
Pasivos por Invalidez.....	-	-	-	148.282.253	914.361.400	1.210.263.719	1.571.263.719	2.176.339.184	2.790.339.184	3.404.339.184	4.019.339.184	4.634.339.184	5.249.339.184	5.864.339.184	6.479.339.184	7.094.339.184	7.709.339.184	8.324.339.184	8.939.339.184		
Idade.....	-	-	-	24.060.088	24.060.088	24.060.088	24.060.088	24.060.088	24.060.088	24.060.088	24.060.088	24.060.088	24.060.088	24.060.088	24.060.088	24.060.088	24.060.088	24.060.088	24.060.088	24.060.088	
Pasivos por Morte.....	457.462	13.393.423	29.710.121	40.885.110	46.522.774	56.419.078	62.524.776	70.881.635	87.979.616	100.673.163	100.147.063	116.321.017	117.612.335	122.892.025	131.485.416	151.371.009	163.639.284	176.310.784	189.310.784		
Rendimentos Mensais Vantajosos.....	21.342.312	558.898.340	1.011.671.395	1.024.062.235	976.077.394	863.485.626	744.801.461	619.189.319	519.632.319	434.632.319	369.003.266	306.661.622	246.661.622	196.661.622	146.661.622	106.661.622	66.661.622	26.661.622	6.661.622		
Invalidez.....	13.238.532	793.071.761	1.417.253.195	1.682.270.066	1.947.270.066	2.202.270.066	2.457.270.066	2.712.270.066	2.967.270.066	3.222.270.066	3.477.270.066	3.732.270.066	3.987.270.066	4.242.270.066	4.497.270.066	4.752.270.066	5.007.270.066	5.262.270.066	5.517.270.066		
Idade.....	8.093.388	221.057.179	370.380.199	567.845.263	760.345.194	952.845.194	1.145.345.194	1.337.845.194	1.530.345.194	1.722.845.194	1.915.345.194	2.107.845.194	2.300.345.194	2.492.845.194	2.685.345.194	2.877.845.194	3.070.345.194	3.262.845.194	3.455.345.194		
ACIDENTARIAS por Invalidez.....	5.476.008	98.426.092	116.125.577	229.281.266	273.471.323	319.041.444	366.675.532	423.958.395	595.878.170	614.001.561	789.430.346	940.651.693	1.051.379.482	1.167.300.393	1.225.842.222	1.369.407.143	1.593.355.352	1.760.635.161	1.972.893.567		
ACIDENTARIAS por Morte.....	10.064.324	177.853.137	314.462.264	395.616.636	445.107.124	485.620.214	519.873.362	560.392.039	616.280.066	684.016.193	800.342.105	887.145.619	906.566.183	946.893.342	977.326.426	1.008.351.260	1.028.484.703	1.240.363.152	1.270.074.379		
Auxílio.....	10.332.890	206.370.342	419.424.953	571.920.045	719.341.821	840.366.825	919.877.429	996.820.238	1.109.465.328	1.230.020.717	2.093.793.152	2.371.880.029	2.684.031.865	2.483.059.532	2.278.753.464	3.266.644.409	3.423.967.543	3.597.619.713	3.743.967.543		
Doença.....	3.211.788	180.237.100	296.170.239	327.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103	332.748.103		
Acidentes.....	5.939.300	102.601.263	192.033.358	256.611.824	327.368.920	382.611.824	445.111.824														

1.10 - Quantidade de benefícios emitidos, segundo os grupos de espécies - Posição em dezembro - 1993/2011

GRUPOS DE ESPÉCIES	QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS																		
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
TOTAL	14.185.370	15.242.800	15.724.774	16.518.406	17.473.840	18.182.764	18.834.587	19.572.740	14.185.370	15.242.800	21.851.685	23.146.365	23.951.320	24.533.330	25.170.283	26.095.625	27.048.356	28.141.263	29.051.423
BENEFÍCIOS DO RGPS	12.918.867	13.971.609	14.507.243	15.029.404	15.767.298	16.355.798	16.897.117	17.531.161	12.918.867	13.971.609	19.521.266	20.517.258	21.158.137	21.644.885	22.066.263	22.776.205	23.534.437	24.426.882	25.176.323
PREVIDENCIÁRIOS	12.413.633	13.423.041	13.934.776	14.437.968	15.143.502	15.714.300	16.244.486	16.862.131	12.413.633	13.423.041	18.785.324	19.760.332	20.402.333	20.912.090	21.297.610	21.972.664	22.736.409	23.538.754	24.341.783
Aposentadorias	8.056.030	8.802.884	9.136.704	9.463.223	9.935.036	10.445.193	10.860.219	11.191.255	8.056.030	8.802.884	12.142.701	12.633.214	13.053.353	13.446.661	13.878.747	14.453.455	15.076.235	15.606.284	16.133.303
Tempo de Contribuição	1.858.323	2.053.005	2.319.869	2.591.931	2.972.022	3.182.379	3.283.478	3.350.335	3.390.616	3.493.931	3.555.351	3.663.239	3.703.364	3.791.655	3.843.339	4.117.372	4.316.779	4.496.698	4.672.643
Idade	4.226.447	4.724.139	4.786.846	4.843.234	4.952.758	5.147.524	5.373.000	5.589.231	5.720.392	5.949.291	6.163.878	6.447.106	6.676.358	6.935.487	7.182.325	7.500.092	7.856.316	8.161.733	8.457.025
Invalidez	1.970.660	2.019.680	2.029.989	2.033.398	2.070.256	2.114.630	2.203.741	2.251.069	2.283.309	2.347.168	2.417.308	2.522.869	2.673.637	2.739.519	2.753.083	2.835.331	2.902.600	2.957.833	3.003.635
Pensão por Morte	3.792.662	4.038.509	4.235.420	4.394.420	4.585.501	4.714.454	4.872.300	5.030.850	5.156.357	5.352.534	5.471.227	5.667.705	5.783.244	5.920.532	6.090.410	6.274.676	6.457.846	6.631.064	6.797.204
Auxílio	505.771	533.587	527.517	541.140	526.266	512.736	467.354	501.538	505.771	533.587	1.108.274	1.405.602	1.522.003	1.501.906	1.282.412	1.188.384	1.130.431	1.288.126	1.330.811
Doença	500.627	526.357	520.018	532.516	516.032	506.252	460.388	432.084	574.333	843.074	1.083.425	1.382.257	1.436.275	1.463.184	1.244.350	1.144.636	1.078.270	1.223.261	1.283.029
Reclusão	5.144	6.630	7.445	8.385	9.255	4.798	4.200	5.796	8.607	9.119	11.563	14.164	17.740	18.150	20.308	22.377	26.645	29.467	33.245
Acidente	-	-	54	239	321	1.684	2.766	3.718	4.589	6.040	7.580	9.181	11.388	14.732	17.754	21.311	25.516	29.386	34.537
Salário-Maternidade (2)	3.321	8.333	14.835	20.214	27.034	34.175	38.176	132.862	97.112	141.719	59.508	50.574	40.548	41.001	44.720	54.552	71.166	72.763	74.009
Outros	55.249	39.668	20.240	12.371	9.603	7.742	6.437	5.566	55.249	39.668	3.614	3.237	2.579	1.930	1.321	997	671	537	456
Salário-Família (1)	1.265	1.158	639	4	11	6	7	3	3	1	2	2	1	-	-	-	-	-	-
Abono de Permanência (3)	53.311	37.833	18.978	12.422	9.092	7.209	5.933	5.106	4.580	3.751	3.319	2.979	2.351	1.748	1.171	862	552	436	372
Vaqueio de Servidor	673	677	623	545	500	527	437	427	384	335	293	256	227	182	150	135	119	101	84
ACIDENTÁRIOS	505.234	548.568	572.473	591.436	623.796	641.438	652.631	663.030	505.234	548.568	735.942	756.926	755.804	732.795	768.653	803.541	798.088	828.128	834.540
Aposentadorias por Invalidez	78.770	82.173	85.168	88.748	94.415	98.789	104.432	110.963	116.133	123.506	129.584	136.435	143.660	147.105	148.701	153.260	153.766	166.339	173.759
Pensão por Morte	110.486	114.340	119.562	121.453	124.337	126.243	127.917	128.841	129.232	130.206	130.216	130.442	130.181	129.412	128.846	127.385	126.740	125.331	123.330
Auxílio	315.378	351.455	366.743	381.235	404.364	416.460	420.382	423.226	315.378	351.455	476.142	430.049	481.363	456.278	431.066	522.236	511.582	536.338	536.851
Doença	41.628	55.801	65.101	72.605	79.435	82.688	77.347	77.144	84.122	106.639	117.047	132.135	125.335	100.570	137.123	170.654	161.541	183.330	179.038
Acidente	172.000	188.146	197.503	210.110	225.439	235.570	244.374	253.760	258.961	265.442	266.239	266.239	267.608	265.488	270.716	272.511	275.448	281.058	288.673
Suplementar	102.350	107.508	106.139	98.520	100.000	98.202	98.061	98.322	97.127	96.190	93.773	91.616	89.020	86.220	82.607	79.131	74.593	72.000	63.080
ASSISTENCIAIS	1.266.503	1.271.191	1.217.525	1.489.002	1.706.542	1.826.366	1.937.470	2.041.587	1.266.503	1.271.191	2.330.419	2.629.711	2.793.183	2.340.141	3.096.566	3.311.827	3.504.080	3.703.505	3.863.503
Aposent. Assistenciais (4)	-	-	-	346.219	645.834	848.239	1.032.573	1.209.327	-	-	1.701.240	2.061.013	2.277.365	2.477.485	2.680.823	2.934.472	3.166.845	3.401.541	3.535.337
Pensão de Dependência	-	-	-	304.227	557.088	641.268	720.274	806.720	870.072	976.237	1.036.365	1.127.849	1.217.161	1.239.645	1.385.107	1.510.662	1.625.625	1.778.345	1.907.511
Idoso	-	-	-	41.932	88.806	207.031	312.239	403.207	469.047	584.537	664.975	933.164	1.065.604	1.183.840	1.423.790	1.541.220	1.623.186	1.687.826	1.687.826
Pensão Mensal Vitalícia	8.002	12.370	14.240	16.056	18.031	19.169	19.173	18.979	18.658	18.158	17.708	17.605	17.243	16.247	15.745	15.261	14.838	14.284	13.608
Renda Mensal Vitalícia (4)	1.257.701	1.258.821	1.203.285	1.126.727	1.042.617	959.438	885.724	812.781	1.257.701	1.258.821	611.471	551.033	498.575	446.403	393.398	362.034	322.397	287.680	254.558
Invalidez	718.830	725.040	701.341	687.281	626.437	585.197	547.639	509.443	475.555	436.672	403.714	370.079	340.715	310.806	284.033	261.143	237.307	215.850	195.016
Idade	538.871	533.781	501.344	459.446	416.120	374.301	338.031	303.138	271.829	237.162	181.014	157.860	135.603	100.345	85.090	71.830	59.540	53.540	53.540
ENCARGOS PREV. UNIÃO - EPU (5)	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	8.364	7.454	7.593	9.779	10.876	11.597

CAPÍTULO 1 - APOSENTADORIAS

1.13 - Quantidade de aposentadorias urbanas por tempo de contribuição concedidas, por espécies e sexo, segundo os anos de serviço do segurado - 2009/2011

ANOS DE SERVIÇO DO SEGURADO	Anos	QUANTIDADE DE APOSENTADORIAS URBANAS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO CONCEDIDAS											
		Total	Sexo		Espécies								
					42			46			Outras		
			Masculino	Feminino	Total	Masculino	Sexo	Feminino	Total	Masculino	Sexo	Feminino	Total
TOTAL	2009	287.508	192.845	94.663	277.845	188.339	89.506	4.508	4.191	317	5.155	315	4.840
	2010	275.407	182.001	93.406	263.022	176.359	86.663	5.678	5.248	430	6.707	334	6.313
	2011	296.369	196.386	93.983	281.705	189.466	92.239	7.117	6.557	560	7.547	363	7.184
Até 15 anos	2009	167	165	2	-	-	-	167	165	2	-	-	-
	2010	142	141	1	-	-	-	142	141	1	-	-	-
	2011	169	169	-	-	-	-	169	169	-	-	-	-
16 anos	2009	34	33	1	-	-	-	34	33	1	-	-	-
	2010	33	31	2	-	-	-	33	31	2	-	-	-
	2011	31	31	-	-	-	-	31	31	-	-	-	-
17 anos	2009	35	33	2	-	-	-	35	33	2	-	-	-
	2010	25	22	3	-	-	-	25	22	3	-	-	-
	2011	24	24	-	-	-	-	24	24	-	-	-	-
18 anos	2009	40	38	2	-	-	-	40	38	2	-	-	-
	2010	32	29	3	-	-	-	32	29	3	-	-	-
	2011	31	31	-	-	-	-	31	31	-	-	-	-
19 anos	2009	28	28	-	-	-	-	28	28	-	-	-	-
	2010	27	26	1	-	-	-	27	26	1	-	-	-
	2011	32	31	1	-	-	-	32	31	1	-	-	-
20 anos	2009	56	53	3	-	-	-	56	53	3	-	-	-
	2010	48	43	5	-	-	-	48	43	5	-	-	-
	2011	59	54	5	-	-	-	59	54	5	-	-	-
21 anos	2009	36	29	7	-	-	-	36	29	7	-	-	-
	2010	30	24	6	-	-	-	30	24	6	-	-	-
	2011	34	30	4	-	-	-	34	30	4	-	-	-
22 anos	2009	21	21	-	-	-	-	21	21	-	-	-	-
	2010	17	14	3	-	-	-	17	14	3	-	-	-
	2011	32	27	5	-	-	-	32	27	5	-	-	-
23 anos	2009	25	21	4	-	-	-	25	21	4	-	-	-
	2010	16	15	1	-	-	-	16	15	1	-	-	-
	2011	20	19	1	-	-	-	20	19	1	-	-	-
24 anos	2009	55	47	8	-	-	-	55	47	8	-	-	-
	2010	51	39	12	-	-	-	51	39	12	-	-	-
	2011	283	258	25	-	-	-	283	258	25	-	-	-
25 anos	2009	5.109	1.644	3.465	574	-	574	1.805	1.644	161	2.730	-	2.730
	2010	6.003	2.266	3.737	394	-	394	2.464	2.266	199	3.145	-	3.145
	2011	7.110	2.720	4.390	362	-	362	3.012	2.720	292	3.736	-	3.736
26 anos	2009	3.724	755	2.969	2.121	-	2.121	824	755	69	779	-	779
	2010	3.310	921	2.389	1.301	-	1.301	1.000	921	79	1.009	-	1.009
	2011	3.436	1.078	2.358	1.326	-	1.326	1.180	1.078	102	930	-	930
27 anos	2009	10.549	454	10.095	3.539	-	3.539	474	454	20	536	-	536
	2010	6.745	633	6.112	5.199	-	5.199	677	633	44	869	-	869
	2011	6.012	756	5.256	4.545	-	4.545	811	756	55	656	-	656
28 anos	2009	13.231	328	12.903	12.628	-	12.628	342	328	14	261	-	261
	2010	14.530	373	14.157	13.648	-	13.648	396	373	23	496	-	496
	2011	14.133	439	13.694	13.068	-	13.068	466	439	27	599	-	599
29 anos	2009	6.190	225	5.965	5.769	-	5.769	233	225	8	188	-	188
	2010	6.199	247	5.952	5.643	-	5.643	263	247	16	293	-	293
	2011	3.661	323	3.338	8.983	-	8.983	334	323	11	344	-	344
30 anos	2009	43.719	2.995	40.724	43.209	2.641	40.568	135	133	2	375	221	154
	2010	42.853	2.128	40.725	42.228	1.728	40.500	155	147	8	410	253	217
	2011	42.734	1.847	40.887	42.049	1.660	40.589	172	167	5	513	220	293
31 anos	2009	12.723	4.710	8.013	12.558	4.602	7.956	63	62	1	102	46	56
	2010	11.713	3.257	8.456	11.469	3.117	8.352	78	74	4	166	66	100
	2011	12.503	2.946	9.555	12.189	2.782	9.407	120	115	5	194	51	143
32 anos	2009	18.018	13.890	4.128	17.937	13.840	4.097	34	33	1	47	17	30
	2010	12.783	8.307	4.476	12.657	8.244	4.413	38	36	2	88	27	61
	2011	12.374	7.144	5.230	12.192	7.043	5.149	70	70	-	112	31	81
33 anos	2009	21.648	19.302	2.346	21.603	19.276	2.327	11	11	-	34	15	19
	2010	20.932	18.284	2.648	20.857	18.242	2.615	25	25	-	50	17	33
	2011	19.390	16.129	3.261	19.310	16.095	3.215	22	22	-	58	12	46
34 anos	2009	11.242	3.885	1.357	11.225	3.875	1.350	6	6	-	11	4	7
	2010	10.511	8.868	1.643	10.471	8.844	1.627	11	11	-	29	13	16
	2011	17.277	15.352	1.925	17.227	15.329	1.898	12	12	-	38	11	27
35 anos	2009	83.676	82.719	957	83.662	82.713	949	3	3	-	11	3	8
	2010	83.188	82.067	1.121	83.173	82.058	1.115	3	3	-	12	6	6
	2011	88.177	86.860	1.317	88.144	86.838	1.306	14	12	2	19	10	9
36 anos	2009	22.360	21.887	473	22.356	21.884	472	1	1	-	3	2	1
	2010	21.769	21.140	629	21.762	21.136	626	1	1	-	6	3	3
	2011	23.131	22.367	764	23.114	22.359	755	6	6	-	11	2	9
37 anos	2009	12.597	12.310	287	12.592	12.309	283	1	1	-	4	-	4
	2010	12.225	11.859	366	12.218	11.855	363	3	3	-	4	1	3
	2011	13.614	13.140	474	13.599	13.133	466	6	6	-	9	1	8
38 anos	2009	7.921	7.721	200	7.996	7.718	198	2	2	-	3	1	2
	2010	7.583	7.364	219	7.578	7.363	215	-	-	-	5	1	4
	2011	8.337	8.067	270	8.329	8.063	266	3	3	-	5	1	4
39 anos	2009	4.993	4.872	121	4.993	4.872	121	-	-	-	-	-	-
	2010	4.878	4.743	135	4.876	4.743	133	-	-	-	2	-	2
	2011	5.436	5.257	179	5.430	5.254	176	2	2	-	4	1	3
40 anos e mais	2009	7.394	7.149	245	7.393	7.149	244	-	-	-	1	-	1
	2010	7.717	7.503	214	7.714	7.501	213	2	2	-	1	-	1
	2011	9.428	9.162	266	9.421	9.159	262	2	2	-	5	1	4
Ignorado	2009	1.917	1.531	386	1.770	1.460	310	77	65	12	70	6	64
	2010	2.047	1.657	390	1.834	1.528	306	141	122	19	72	7	65
	2011	2.901	2.123	778	2.417	1.351	466	170	150	20	314	22	292

FONTE: DATAPREV, SUB, SÍNTESE.

CAPÍTULO 1 - APOSENTADORIAS

1.13 - Quantidade de aposentadorias urbanas por tempo de contribuição concedidas, por espécies e sexo, segundo os anos de serviço do segurado - 2012/2014

ANOS DE SERVIÇO DO SEGURADO	Anos	QUANTIDADE DE APOSENTADORIAS URBANAS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO CONCEDIDAS												
		Total	Sexo		Espécies						Outras			
					Total	42		Total	46		Total	Outras		
						Masculino	Feminino		Masculino	Feminino		Masculino	Feminino	
			Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	
TOTAL.....	2012	296.863	197.303	99.560	280.029	188.451	91.578	3.362	8.549	813	7.472	303	7.169	
	2013	312.858	208.041	104.817	291.306	195.211	96.095	13.723	12.451	1.272	7.829	379	7.450	
	2014	314.095	203.303	104.192	291.468	196.290	95.178	14.581	13.226	1.355	8.046	387	7.659	
Até 15 anos.....	2012	177	172	5	-	-	-	177	172	5	-	-	-	
	2013	224	219	5	-	-	-	224	219	5	-	-	-	
	2014	222	222	-	-	-	-	222	222	-	-	-	-	
16 anos.....	2012	48	48	-	-	-	-	48	48	-	-	-	-	
	2013	51	49	2	-	-	-	51	49	2	-	-	-	
	2014	53	53	-	-	-	-	53	53	-	-	-	-	
17 anos.....	2012	40	39	1	-	-	-	40	39	1	-	-	-	
	2013	57	57	-	-	-	-	57	57	-	-	-	-	
	2014	33	32	1	-	-	-	33	32	1	-	-	-	
18 anos.....	2012	46	43	3	-	-	-	46	43	3	-	-	-	
	2013	59	58	1	-	-	-	59	58	1	-	-	-	
	2014	45	42	3	-	-	-	45	42	3	-	-	-	
19 anos.....	2012	38	35	3	-	-	-	38	35	3	-	-	-	
	2013	41	40	1	-	-	-	41	40	1	-	-	-	
	2014	30	29	1	-	-	-	30	29	1	-	-	-	
20 anos.....	2012	58	54	4	-	-	-	58	54	4	-	-	-	
	2013	49	45	4	-	-	-	49	45	4	-	-	-	
	2014	59	54	5	-	-	-	59	54	5	-	-	-	
21 anos.....	2012	36	29	7	-	-	-	36	29	7	-	-	-	
	2013	36	32	4	-	-	-	36	32	4	-	-	-	
	2014	30	24	6	-	-	-	30	24	6	-	-	-	
22 anos.....	2012	33	28	5	-	-	-	33	28	5	-	-	-	
	2013	14	11	3	-	-	-	14	11	3	-	-	-	
	2014	27	22	5	-	-	-	27	22	5	-	-	-	
23 anos.....	2012	25	22	3	-	-	-	25	22	3	-	-	-	
	2013	28	26	2	-	-	-	28	26	2	-	-	-	
	2014	14	12	2	-	-	-	14	12	2	-	-	-	
24 anos.....	2012	92	73	19	-	-	-	92	73	19	-	-	-	
	2013	31	25	6	-	-	-	31	25	6	-	-	-	
	2014	27	25	2	-	-	-	27	25	2	-	-	-	
25 anos.....	2012	8.759	3.957	4.802	222	-	222	4.384	3.957	427	4.153	-	4.153	
	2013	10.371	5.521	4.850	150	-	150	6.236	5.521	715	3.885	-	3.885	
	2014	10.742	5.937	4.805	197	-	197	6.703	5.937	766	3.842	-	3.842	
26 anos.....	2012	3.201	1.341	1.860	766	-	766	1.435	1.341	154	940	-	940	
	2013	3.356	2.093	1.863	551	-	551	2.314	2.093	221	1.091	-	1.091	
	2014	4.103	2.279	1.824	448	-	448	2.520	2.279	241	1.135	-	1.135	
27 anos.....	2012	4.326	891	3.435	2.751	-	2.751	967	891	76	608	-	608	
	2013	4.373	1.352	3.021	2.220	-	2.220	1.450	1.352	98	703	-	703	
	2014	3.963	1.461	2.502	1.566	-	1.566	1.583	1.461	122	814	-	814	
28 anos.....	2012	12.763	603	12.160	11.639	-	11.639	630	603	27	434	-	434	
	2013	8.632	806	7.826	7.372	-	7.372	855	806	49	405	-	405	
	2014	6.980	931	6.049	5.454	-	5.454	988	931	57	538	-	538	
29 anos.....	2012	8.707	390	8.317	7.972	-	7.972	415	390	25	320	-	320	
	2013	11.927	574	11.353	10.963	-	10.963	600	574	26	364	-	364	
	2014	12.283	593	11.690	11.345	-	11.345	620	593	27	318	-	318	
30 anos.....	2012	46.073	1.492	44.581	45.239	1.014	44.285	287	273	14	487	205	282	
	2013	43.539	1.411	42.128	40.582	827	41.755	382	371	11	575	213	362	
	2014	50.309	1.317	48.992	49.371	704	48.667	427	401	26	511	212	239	
31 anos.....	2012	11.342	2.013	9.329	11.096	1.844	9.252	143	138	5	183	31	152	
	2013	11.739	1.636	10.103	11.335	1.419	9.916	238	227	11	226	50	176	
	2014	11.740	1.456	10.284	11.183	1.145	10.038	253	248	5	304	63	241	
32 anos.....	2012	10.222	4.738	5.424	10.029	4.698	5.331	76	73	3	117	27	90	
	2013	3.660	3.893	5.767	3.355	3.724	5.631	133	128	5	172	41	131	
	2014	8.836	2.981	5.855	8.511	2.806	5.705	146	140	6	179	35	144	
33 anos.....	2012	17.423	14.193	3.230	17.310	14.137	3.176	46	44	2	64	12	52	
	2013	13.645	9.866	3.779	13.477	9.776	3.701	72	69	3	86	21	75	
	2014	11.209	7.574	3.635	10.984	7.445	3.539	105	100	5	120	29	91	
34 anos.....	2012	12.459	10.366	2.093	12.395	10.330	2.065	27	27	-	37	9	28	
	2013	15.355	12.789	2.566	15.238	12.716	2.522	55	52	3	62	21	41	
	2014	14.919	12.381	2.538	14.791	12.319	2.472	47	47	-	81	15	66	
35 anos.....	2012	96.326	94.766	1.560	96.257	94.723	1.534	39	39	-	30	4	26	
	2013	101.534	99.738	1.856	101.526	99.700	1.826	27	26	1	41	12	29	
	2014	104.637	102.907	1.930	104.803	102.864	1.939	35	32	3	59	11	48	
36 anos.....	2012	23.878	23.049	829	23.849	23.027	822	22	21	1	7	1	6	
	2013	25.711	24.528	1.183	25.678	24.511	1.167	12	12	-	21	5	16	
	2014	26.443	25.197	1.252	26.399	25.173	1.226	18	17	1	32	7	25	
37 anos.....	2012	13.884	13.382	502	13.865	13.368	497	10	10	-	9	4	5	
	2013	15.258	14.462	796	15.237	14.449	788	8	8	-	13	5	8	
	2014	15.344	14.518	826	15.310	14.508	802	7	7	-	27	3	24	
38 anos.....	2012	8.874	8.522	352	8.859	8.509	350	13	13	-	2	-	2	
	2013	9.454	9.001	453	9.441	8.994	447	5	5	-	8	2	6	
	2014	9.677	9.186	491	9.663	9.177	486	6	6	-	8	3	5	
39 anos.....	2012	5.713	5.494	229	5.710	5.482	228	2	2	-	1	-	1	
	2013	6.229	5.956	273	6.212	5.946	266	8	8	-	9	2	7	
	2014	6.419	6.107	312	6.406	6.098	308	6	6	-	7	3	4	
40 anos e mais.....	2012	3.986	3.648	338	3.962	3.628	334	20	20	-	4	-	4	
	2013	11.710	11.280	430	11.692	11.268	424	11	11	-	7	1	6	
	2014	12.748	12.239	509	12.717	12.223	494	13	13	-	18	3	15	
Ignorado.....	2012	2.334	1.865	469	2.065	1.691	374	193	164	29	76	10	66	
	2013	3.055	2.513	542	2.277	1.881	396	727	626	101	51	6	45	
	2014	2.937	2.324	613	2.320	1.828	492	564	493	71	53	3	50	

FONTE: DATAPREV, SUB, SÍNTESE.

CAPÍTULO 1 - APOSENTADORIAS

1.12 - Valor mensal de aposentadorias urbanas concedidas, por grupos de espécies - 2009/2011

MESES	Anos	VALOR DE APOSENTADORIAS URBANAS CONCEDIDAS (R\$ Mil)						
		Total	Grupos de Espécies				Idade	Invalides
			Total	Tempo de Contribuição		Outras		
				42	45			
	2009	646.340	343.846	328.026	10.333	5.487	163.160	139.333
TOTAL	2010	664.200	353.512	332.932	13.525	7.055	159.024	151.664
	2011	757.946	411.651	385.120	17.709	8.821	186.536	159.639
Janeiro	2009	45.506	22.834	21.956	521	357	12.159	10.513
	2010	47.770	22.813	21.676	793	343	12.110	12.847
	2011	54.830	29.423	27.777	1.097	549	13.310	12.097
Fevereiro	2009	49.664	26.322	25.264	628	430	12.899	10.443
	2010	45.839	23.256	22.017	839	400	11.092	11.491
	2011	60.164	32.699	30.874	1.043	782	13.987	13.478
Março	2009	64.606	34.935	33.436	914	585	16.364	13.307
	2010	65.854	34.567	32.444	1.440	682	15.257	16.030
	2011	61.804	34.249	31.994	1.344	911	14.623	12.932
Abril	2009	58.552	32.332	30.857	839	636	14.776	11.444
	2010	53.911	27.917	26.306	1.031	580	12.297	13.697
	2011	58.784	32.433	30.312	1.207	914	13.804	12.547
Maior	2009	54.374	30.688	29.269	862	557	14.055	9.631
	2010	54.894	28.297	26.539	1.019	739	13.386	13.210
	2011	68.440	37.021	34.397	1.747	877	16.480	14.939
Junho	2009	57.299	30.657	29.298	885	475	13.253	13.389
	2010	53.137	27.754	26.022	1.128	604	13.157	12.226
	2011	65.719	34.920	32.454	1.713	752	15.976	14.823
Julho	2009	55.309	28.530	27.209	877	444	13.455	13.324
	2010	51.279	28.267	26.520	1.170	577	13.015	9.998
	2011	61.719	33.351	31.171	1.406	774	15.607	12.761
Agosto	2009	58.720	30.712	29.335	917	460	14.994	13.014
	2010	60.698	33.258	31.386	1.135	737	14.977	12.463
	2011	74.318	40.043	37.349	1.852	842	18.452	15.823
Setembro	2009	55.266	28.896	27.573	851	472	13.878	12.492
	2010	57.521	31.257	29.394	1.255	609	13.637	12.627
	2011	69.112	37.294	34.853	1.703	738	17.751	14.066
Outubro	2009	53.271	28.202	26.823	976	403	13.174	11.894
	2010	58.903	32.511	30.548	1.315	648	13.610	12.781
	2011	64.970	35.418	33.177	1.622	619	16.318	13.234
Novembro	2009	50.715	26.126	24.731	1.039	356	12.176	12.414
	2010	56.373	31.372	29.479	1.348	545	12.976	12.025
	2011	58.921	32.262	30.229	1.589	444	15.379	11.280
Dezembro	2009	43.057	23.612	22.275	1.025	312	11.978	7.468
	2010	58.020	32.243	30.600	1.052	592	13.508	12.269
	2011	59.164	32.537	30.532	1.387	618	14.908	11.719

FONTE: DATAPREV, SUB, SINTESE.

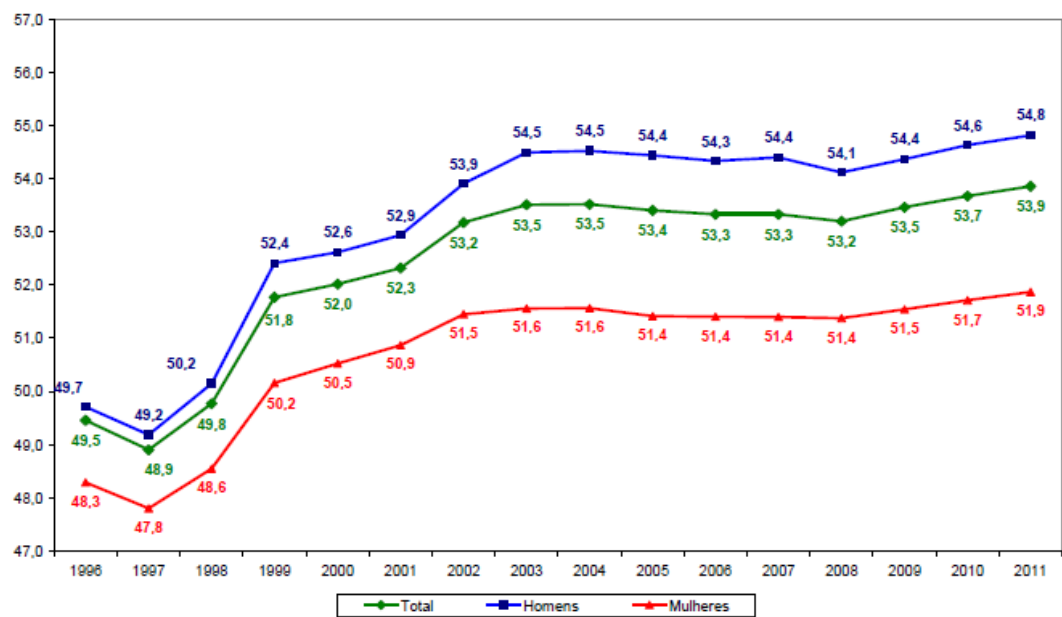
CAPÍTULO 1 - APOSENTADORIAS

1.12 - Valor mensal de aposentadorias urbanas concedidas, por grupos de espécies - 2012/2014

MESES	Anos	VALOR DE APOSENTADORIAS URBANAS CONCEDIDAS (R\$ Mil)						
		Total	Grupos de Espécies				Idade	Invalidez
			Total	Tempo de Contribuição		Outras		
				42	46			
	2012	849.243	444.778	409.661	25.430	9.685	231.860	172.608
TOTAL	2013	979.549	511.781	461.060	39.858	10.862	275.827	191.944
	2014	1.049.451	546.619	490.891	43.868	11.859	306.907	195.923
Janeiro	2012	65.938	34.240	32.290	1.311	639	17.482	14.215
	2013	72.929	37.206	33.970	2.532	704	21.477	14.247
	2014	75.587	38.178	34.399	2.999	780	22.802	14.607
Fevereiro	2012	60.982	32.253	30.000	1.559	693	15.548	13.181
	2013	67.545	34.139	31.033	2.308	798	19.058	14.348
	2014	68.277	45.662	41.034	3.545	1.082	24.770	17.845
Março	2012	79.115	41.975	38.961	1.930	1.084	20.460	16.680
	2013	82.204	42.426	38.264	3.109	1.053	23.179	16.599
	2014	79.940	41.709	36.932	3.717	1.060	22.992	15.239
Abril	2012	67.653	36.785	34.073	1.799	914	17.920	12.948
	2013	90.913	47.766	43.249	3.342	1.176	25.090	18.057
	2014	84.061	43.810	39.411	3.333	1.067	23.691	16.560
Maior	2012	74.928	38.845	35.619	2.227	1.000	20.057	16.026
	2013	85.286	45.168	40.772	3.279	1.117	23.422	16.696
	2014	83.374	43.744	39.252	3.487	1.005	23.943	15.687
Junho	2012	68.817	35.794	32.891	2.127	776	18.327	14.695
	2013	81.026	43.614	39.318	3.416	880	22.178	15.235
	2014	76.726	40.541	36.349	3.324	868	21.659	14.526
Julho	2012	71.698	36.542	33.622	2.098	822	20.005	15.152
	2013	83.887	44.539	39.908	3.650	982	23.819	15.528
	2014	92.374	48.040	42.837	4.142	1.061	27.495	16.838
Agosto	2012	84.055	43.434	39.688	2.760	986	23.361	17.260
	2013	90.200	47.947	42.956	3.954	1.036	24.875	17.379
	2014	100.318	52.442	47.584	3.722	1.136	29.765	18.111
Setembro	2012	71.640	37.704	34.669	2.210	825	20.119	13.818
	2013	88.217	45.368	40.662	3.774	931	25.402	17.448
	2014	104.016	52.800	47.686	4.020	1.094	32.053	19.162
Outubro	2012	78.133	41.117	37.674	2.706	736	21.916	15.100
	2013	88.608	46.683	42.055	3.801	827	25.174	16.751
	2014	98.292	51.913	46.856	4.013	1.044	29.215	17.164
Novembro	2012	67.879	35.357	32.123	2.570	664	19.683	12.839
	2013	77.697	40.466	36.111	3.701	655	22.101	15.131
	2014	85.727	45.479	40.833	3.788	859	25.384	14.863
Dezembro	2012	58.407	30.732	28.052	2.134	546	16.982	10.694
	2013	71.035	36.459	32.763	2.992	704	20.052	14.525
	2014	80.759	42.301	37.718	3.779	803	23.138	15.321

FONTE: DATAPREV, SUB, SINTESE.

Idades Médias- Aposentadoria por Tempo de Contribuição



Fonte: DATAPREV, SÍNTESE. Elaboração: SPS/MPS.